



## IPSS E AS RELIGIÕES

# Diversidade confessional num universo de laicidade

## ASSEMBLEIA GERAL

# Incumprimento na cooperação marcou o ano de 2018



## Presidente quer apoio do Estado às IPSS



**AZAMBUJA**  
CPES promoveu  
Jornada Nacional de Reflexão



**ERMIDAS-SADO**  
AADIES adia eleições  
por falta de candidatos



**SPECIAL OLYMPICS**  
Atletas lusos trazem  
24 medalhas dos Jogos Mundiais

## CNIS RECEBE DELEGAÇÃO SINDICAL EM DIA DE GREVE E MANIFESTAÇÃO

# Negociações dependentes da renovação do Compromisso de Cooperação

O presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) recebeu uma representação do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal (CESP), encabeçada por Célia Lopes, no decorrer de uma concentração em frente à sede da CNIS.

Em dia de greve e de manifestação, convocada pelo CESP, pela valorização das carreiras, aumentos salariais e valor pago em dia feriado, cerca de 200 trabalhadores de IPSS (número indicado pela PSP) concentraram-se em frente à sede da CNIS, entoando palavras de ordem, como “é justo e necessário o aumento do salário”, tendo uma delegação sido recebida pelo padre Lino Maia.

Segundo o líder da CNIS disse ao SOLIDARIEDADE, o encontro serviu para os trabalhadores colocarem “algumas questões que são compreensivas e importantes”, assegurando que “o ambiente é de confiança”.

As situações reivindicadas pelos trabalhadores integram há muito as preocupações da CNIS, tendo mesmo o presidente da CNIS, em recente audição parlamentar, informado os deputados da Comissão de Trabalho e Segurança Social que “há IPSS que sentem grande dificuldade em recrutar técnicos superiores, mas também outro



tipo de trabalhadores” e a razão é simples: “Os salários no Sector Social são mais baixos do que no privado”.

No entanto, “os trabalhadores têm alguma pressa em avançar com as negociações, mas nós estamos condicionados com a renovação do Compromisso de Cooperação e só quando o processo da cooperação estiver finalizado é que também podemos avançar com as negociações com os sindicatos”, argumentou o padre Lino Maia, que adiantou a convicção de que “até final de abril” o processo com o Governo estará

finalizado.

Recordando que os recursos humanos têm um peso de 58% nas contas das IPSS, o líder da CNIS reforçou a ideia de que “as questões salariais estão dependentes do Compromisso de Cooperação para o Sector Social Solidário”.

“A receita é rígida, porque não há outras fontes de receita, e a despesa é fixa”, disse, lembrando ainda que, apesar de ser favorável à subida, “o aumento do salário mínimo nacional traz constrangimentos às instituições”, que não têm sido compensadas em sede de cooperação.

## Reforçar a solidariedade na Europa

Nos últimos anos, desde a crise financeira, económica e social (2008) assistiu-se a crescentes desencontros entre aquilo que o acervo constitucional europeu obriga (valores e direitos dos cidadãos) e a realidade das políticas implementadas pela União Europeia e os Estados Membros, por exemplo, as imposições de medidas de austeridade do célebre Ministro das Finanças alemão Wolfgang Schäuble o qual veio há uns dias dizer que, a austeridade que impôs aos países com programa de assistência financeira (Grécia, Portugal, Irlanda, Chipre) devido a excessiva dívida pública, poderia ter sido diferente, menos penalizante para os povos destes países. Todos conhecemos até, a ideia de aplicar multas por ‘défice público excessivo’ aqueles Estados Membros, se tal acontecesse seria um golpe tremendo na democracia europeia por ausência extrema de Solidariedade.

A Solidariedade, a noção de pertencer a toda a humanidade, suportar igualmente os outros, a ideia de que ninguém deve sofrer desnecessariamente, é efectivamente a base da democracia e foi a alavanca que fez avançar a construção da Europa após a guerra.

A palavra solidariedade aparece em todos os programas dos partidos políticos, sendo um conceito crucial da história do pensamento político democrático europeu, no entanto, quando esses mesmos partidos estão a exercer a governação, esquecem-se de aplicar o conceito. Com efeito, a ideia de solidariedade parece estar moribunda na prática de governo dos partidos democráticos nos

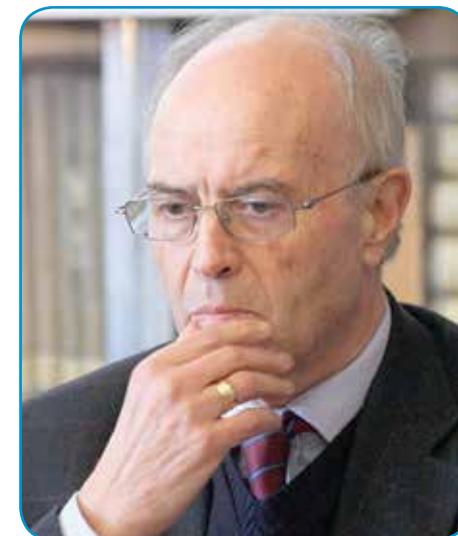
Estados Membros e da Comissão Europeia.

Macron (presidente francês) afirmou recentemente que a Europa precisa de novas Instituições. Com efeito, podemos criar novas Instituições e apoiar a democracia parlamentar tal como funciona, mas se a solidariedade for banida poderá contribuir para o fim da democracia.

Ocorrem na Europa situações preocupantes, tais como:

- propaganda atacando as minorias e os grupos vulneráveis.
- no mercado de trabalho tem ocorrido casos de segregação, excessivos contractos de trabalho precário e crescimento inaceitável de trabalhadores pobres.
- desigualdades no rendimento atingem valores inaceitáveis.
- reformas no funcionamento da zona euro com o objectivo de aumentar a resiliência económica e financeira dos seus membros, estão paradas devido a dificuldades em conseguir acordo para a partilha de risco (solidariedade) entre os seus membros, isto é, o objectivo de solidariedade na UE continua comprometido.
- objectivo europeu de reduzir 20 milhões de pobres até 2020 falhou só se vai conseguir reduzir cerca de 5 milhões.
- O Brexit é o espelho do descontentamento dos cidadãos em relação às políticas de desenvolvimento do bem-estar social e do bem-comum na Europa.
- A Comissão e os Estados Membros tem sido

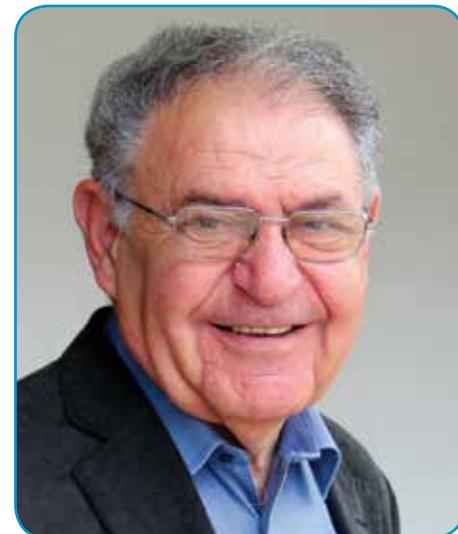
**José Leirião**  
Membro da CNIS



incapazes de adoptar políticas que de forma sustentada resolvam os vários problemas, exactamente porque falta o elemento solidário nessas políticas.

- Recentemente, o governo português, fez algo impensável num país democrático europeu, que foi estabelecer dois níveis de salários mínimos, um salário mínimo mais baixo (600€) para trabalhadores do sector privado e, um salário mínimo mais elevado (635€) para os funcionários públicos, criando uma classe privilegiada entre os trabalhadores; simplesmente deplorável, e fico espantado como os partidos políticos que defendem a solidariedade e a democracia fiquem calados perante tal, será que estão calados por razões de captar os votos dos funcionários públicos (cerca de 650 mil) contra (cerca de quatro milhões e 500 mil) trabalhadores do sector privado? Incompreensível e inaceitável numa sociedade solidária e que se pretende sem classes.

**Padre Lino Maia**  
Presidente da CNIS



# Estado e protecção social

**1.** Como é referido no Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, celebrado em 19 de Dezembro de 1996 e subscrito pelo Primeiro Ministro e pelos representantes das Autarquias e das Organizações do sector social e solidário, “a nossa história e a matriz cultural marcadamente humanista foram gerando expressões organizadas e enraizadas nos próprios cidadãos que, das mais variadas formas no decorrer dos séculos, têm vindo a assegurar o exercício da solidariedade e da protecção social junto das pessoas ou grupos mais carenciados”.

Indício da dinâmica destas iniciativas foi “o constante crescimento do número de instituições do sector social e o progressivo alargamento da sua obra, integrando, em todo o País, uma verdadeira rede de solidariedade e protecção social”.

Presentemente, são associações (3.364), cooperativas (161), fundações (252) ou mutualidades (85) de solidariedade social, casas do povo (174), centros sociais paroquiais (1.017), institutos de organização religiosa (219) e misericórdias (375), num conjunto global de 5.647, agrupadas em federações, uniões e confederações, que promovem iniciativas que visam a minimização dos efeitos das desigualdades e injustiças sociais e a promoção da dignidade e qualidade de vida e da saúde das pessoas, das famílias e das comunidades, com respostas para acolhimento institucional para crianças e jovens em perigo e alojamento social de emergência, com cantinas sociais, casas abrigo, centros (de acolhimento, de convívio, de dia e de noite para pessoas idosas, de apoio à vida e a toxicodependentes, de apoio familiar e aconselhamento parental, comunitários e protocolares, de atividades ocupacionais e de tempos livres), com creches, cuidados continuados integrados, jardins de infância, lares (residenciais, de infância e juventude ou pessoas idosas) e serviços de apoio domiciliário.

Estas organizações estão protegidas pelo número 5 do artigo 63º da Constituição da República Portuguesa, que reconhece a sua existência, enquadrando, então, as Instituições Particulares de Solidariedade Social no âmbito do Sistema de Segurança Social e estabelecendo o direito a serem apoiadas pelo Estado para o desenvolvimento das suas atividades. A lei concretizou esta obrigação em contratos celebrados entre os Serviços Públicos de Segurança Social e as IPSS – Acordos de Cooperação.

**2.** Assumindo no artigo 9º (alínea d) da sua Constituição da República, como uma das

suas tarefas fundamentais, a promoção do “bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais” e celebrando o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, o Estado tem nas Instituições Particulares de Solidariedade Social o seu verdadeiro instrumento na ação social direta de protecção social.

Quando a sociedade mobilizada, em geral, e, em particular, as religiões ou as organizações de cariz ideológico, solidário ou cívico se organizam com tantas respostas numa rede tão capilar de protecção social, estão no cumprimento da sua missão e no serviço à comunidade e não estão a fazer proselitismo.

Como lhes compete, fazem o que devem fazer e como devem fazer pelo coletivo. Com muito menores custos e com muito maior qualidade, porque emergente do coração humano para os humanos. E o Estado não está a ser substituído.

Na promoção do bem-estar e da qualidade de vida do povo e da igualdade real entre os portugueses, o Estado estabelece políticas sociais sustentadas e sustentáveis, regula e fiscaliza. Respeitando tanto a sociedade como as Igrejas e as ideologias, o Estado tem nas Instituições o seu valoroso instrumento de protecção social direta. E, valorizando a respetiva autonomia e

contratualizando, o Estado assegura a efetivação e a universalização dos direitos culturais, económicos e sociais.

**3.** O estudo sobre a importância económica e social das IPSS, recentemente publicado, mostrava que cerca de 40% das IPSS estavam com resultados negativos e que 16% tinham EBITDA negativo.

Agora, na continuidade desse mesmo estudo, comprova-se que o total das transferências do Estado para as IPSS cobre 77% dos gastos com pessoal que, por sua vez, representam cerca de 57% das despesas das Instituições e que 42,3 % do que é transferido pelo Estado para as mesmas Instituições, excluindo o IVA, é devolvido ao mesmo Estado através do pagamento de contribuições, impostos e taxas.

Porque as Instituições são o instrumento do Estado na protecção social - e não propriamente e apenas de um dos seus órgãos - sob pena de incumprimento de uma das tarefas fundamentais do Estado, o Governo que é um órgão do mesmo Estado, não pode alhear-se da causa da sustentabilidade das Instituições.

Porque elas são real instrumento do Estado na protecção social e um dos pilares do Estado Social.



ASSEMBLEIA GERAL DA CNIS

# 2018 foi um ano mau para a cooperação

Na primeira Assembleia Geral dos novos órgãos Sociais da CNIS, a Direção viu ser aprovado o Relatório de Atividades e Contas 2018, por esmagadora maioria, e do qual ressalta um “incumprimento global do Compromisso de Cooperação”, numa altura em que parecem ter sido retomadas as negociações para a renovação do protocolo. “2018 foi um ano mau para a cooperação”, afirmou o vice-presidente Eleutério Alves, no final da apresentação do documento aos associados.

Foi com a observação de um minuto de silêncio pelas vítimas moçambicanas do ciclone Idai que começou a Assembleia Geral da CNIS, a primeira dos novos órgãos sociais, no passado dia 23 de março.

Evocando o espírito solidário que guia todas as IPSS, o novel presidente da Mesa da Assembleia Geral, José Carlos Batalha, convocou todos os presentes para uma simbólica e sentida homenagem.

Findo o minuto de silêncio foi tempo de abordar o primeiro ponto da ordem de trabalhos da Reunião Magna, que decorreu em Fátima, no passado dia 23 de março.

“2018 foi um ano mau”, afirmou o vice-presidente da Direção, Eleutério Alves, a propósito da cooperação e do (in)cumprimento do Compromisso de Cooperação para o Sector Social e Solidário 2017-2018.

Logo no início da apresentação do Relatório de Atividades 2018, o dirigente apontou como principal ponto negativo do ano transato o “incumprimento global” do protocolo assinado com o Estado visando a cooperação para o biênio 2017-2018.

O presidente da CNIS, mais à frente na reunião, corroborou esta afirmação, referindo que, “de facto, o ano de 2018 não foi bom”, acrescentando: “E o momento presente não está a ser bom!”.

Para a Direção da CNIS, esta situação “reflete falta de cooperação, parceria, confiança e respeito”, o que na prática conduziu à “estagnação em matérias fundamentais para as IPSS, nomeadamente ao nível do acolhimento a crianças e jovens, Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), Centro de Dia, Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL), Formação Profissional ou Centros de Recursos para Inclusão (CRI)” e muito disto aconteceu (ou melhor, não aconteceu!) pelo “início tardio ou a não constituição dos grupos de trabalho” previsto no Compromisso de Cooperação. E eram eles de Custos Técnicos, Recursos Humanos e Fiscalização.

As consequências deste “incumprimento global” sobre as instituições ficou, depois, bem patente nas intervenções dos diversos dirigentes de IPSS presentes em Fátima.

E se este foi o aspeto mais negativo para a CNIS no ano passado, a Direção recordou que das 69 ações planeadas, foram realizadas 51, ao que se somam ainda mais nove que não estavam programadas.

Eleutério Alves destacou a realização dos estudos «Diagnóstico de saúde da população servida pelas IPSS» e «Importância Económica e Social das IPSS em Portugal», a criação da Confederação



Portuguesa de Economia Social (CPES) e “o acompanhamento de proximidade às IPSS” como as ações mais relevantes e positivas no ano de 2018.

Seguiu-se Macário Correia, tesoureiro da Direção, a apresentar as Contas 2018, que voltaram a registar um resultado líquido negativo, desta feita de pouco mais de 112 mil euros.

O tesoureiro sustentou que a situação se deve não só “a coisas a resolver com o Estado”, mas também a questões internas.

O atraso no pagamento de verbas do IEFPP, a quebra de publicidade para o jornal e alguns eventos promovidos pela CNIS justificam, em grande medida, o défice nas contas, mas também os problemas em torno da quotização das associadas, sobre a qual há algumas “dúvidas filosóficas”.

Macário Correia defendeu que é preciso fazer um “exercício de contenção nos próximos tempos para assegurar o futuro”.

Apesar do parecer positivo do Conselho Fiscal, associados preocupados lembraram à Direção que “os prejuízos têm que nos pôr a pensar”, porque “esta situação é preocupante”.

Em resposta, o tesoureiro da CNIS reforçou que “o que importa é tomar medidas que levem



ao equilíbrio, até porque o objetivo não é dar lucro”, repetindo que “é necessário reaver as verbas da Segurança Social e do IEF” que são devidas e “tentar aumentar a publicidade”.

Por seu turno, Lacerda Pais, presidente do Conselho Fiscal, defendeu que, apesar do parecer positivo dado, “o Conselho Fiscal não está satisfeito com as contas dos últimos três anos” e argumentou que só há um caminho a seguir: “A única coisa a fazer é atuar na receita, nomeadamente com o aumento dos subsídios da Segurança Social”.

O líder do órgão fiscalizador das contas da CNIS aproveitou para deixar um recado com destinatário concreto: “Não é justo que o Governo não leve em devida conta o facto de a CNIS ter mais de três mil instituições associadas. E há que lembrar ao Governo que a CNIS não é só a sede no Porto, há mais 20 uniões distritais e isto não pode deixar de ser levado em conta”.

Submetido à votação da Assembleia Geral, quando estavam representadas 122 instituições, o Relatório de Atividade e Contas 2018 foi aprovado com 115 votos a favor, sete abstenções e nenhum voto contra.

No espaço de debate, muitos foram os dirigentes que usaram da palavra para dar conta de alguns constrangimentos e colocar questões à Direção.

Numa apreciação global, até porque muitos dos assuntos abordados não eram mais do que constrangimentos específicos na ação das IPSS, mas que acabam por tocar a maioria das instituições, o padre Lino Maia começou por recordar que, “em tempo de crise, o Sector Social Solidário foi o que valeu a este país” e que “nunca a cooperação funcionou tão bem como no tempo da crise”.

Para o líder da CNIS, esse “foi tempo de trabalho e de diálogo consistente”.

No momento presente, para o padre Lino Maia, a cooperação tem de dar especial atenção “à sustentabilidade das instituições” e à questão das fiscalizações.

“É importante que as fiscalizações tenham critérios diferentes dos atuais, pois não pode ser apenas uma «check list». Tem de ter em conta a qualidade dos serviços e a satisfação dos utentes”, defendeu, acusando: “Continuam a passar-se coisas muito desagradáveis que resultam em coimas e mais coimas”.

A posição da CNIS é conhecida e tem sido repetida ao longo dos tempos.

“O Estado tem responsabilidades e a sustentabilidade das instituições tem que ser partilhada com o Estado”, asseverou, fazendo ainda referência ao estudo realizado pela Universidade Católica e que revelou que mais de 40% das instituições apresentam resultados líquidos negativos.

“E a situação atual não está melhor, mas pior do que a retratada em dezembro último na apresentação do estudo”, sublinhou, lembrando: “Sabemos que o Estado não tem muitos recursos, mas há algo que pode fazer para desonerar as instituições, combatendo alguns custos e fazendo um financiamento mais previsível. Não estou otimista, mas sou resiliente e espero um percurso mais positivo na cooperação”.

Por outro lado, para o presidente da CNIS, o impasse que a cooperação vive – está-se a acabar março e ainda não há vislumbre de novo Compromisso de Cooperação no horizonte – tem muito que ver com o estudo «Importância Económica e Social das IPSS em Portugal», que “causou algum mal-estar” e, “neste momento, a dúvida que paira é



consequência do estudo”.

Perante o clamor dos dirigentes das instituições – “Isto vai começar a cair aos bocados se ninguém fizer nada”, dito por um dirigente da Casa do Povo de Quiaios –, o padre Lino Maia afirmou que haverá, por certo, novidades em breve, reforçando a ideia anterior: “Até à divulgação do estudo havia vontade de acelerar o processo e fechá-lo antes de 2018 terminar, mas os dados revelaram uma realidade muito difícil e o processo marcou passo”.

Sobre os acordos de cooperação, e perante as queixas de alguns dirigentes, o padre Lino Maia lembrou à Assembleia que “a CNIS não tem domínio sobre o PROCOOP”, sublinhando que, apesar dos dois grandes objetivos serem o da “transparência no acesso aos acordos” e a “sustentabilidade

das instituições”, “há quem diga que tem um aspeto negativo, centraliza demasiado e retira capacidade de análise aos distritos”.

Porém, para o líder da CNIS, “o que importa é resolver o que existe e não insistir tanto em novas respostas e novos acordos”, porque “é preciso resolver os problemas do presente”.

Para a CNIS, “se não houver verba para novos acordos de cooperação, que haja para resolver os constrangimentos atuais que as IPSS vivem”, insistiu o padre Lino Maia.

Em aberto ficou a questão da quotização. Para já, segundo a Direção, “a filosofia é boa, é preciso agilizar o processo”.

CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ECONOMIA SOCIAL

# Jornada Nacional de Reflexão centrou-se na sustentabilidade e no estatuto fiscal

Constituída formalmente há nove meses, em junho de 2018, a Confederação Portuguesa de Economia Social (CPES) promoveu no final de março a sua primeira iniciativa no sentido de levar à prática a missão de que está investida, ou seja, “a promoção e defesa da Economia Social, bem como a defesa dos interesses das suas associadas”. Foi neste âmbito que promoveu a Jornada Nacional de Reflexão, dedicada ao tema «A Economia Social no Portugal 2030».

Com a Jornada Nacional de Reflexão, subordinada ao tema «A Economia Social no Portugal 2030», que decorreu no Centro Social Paroquial de Azambuja, a CPES tentou demonstrar que os muitos anos em que as oito famílias andaram de costas voltadas são páginas viradas na história do sector em Portugal.

Congregando as nove organizações mais representativas da Economia Social – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal (Confagri), União das Misericórdias Portuguesas (UMP), União das Mutualidades Portuguesas (UMP), Associação Portuguesa de Mutualidades (APM), Centro Português de Fundações (CPF), Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD), Confederação Cooperativa Portuguesa (Confcoop) e Animar (Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local) –, esta primeira jornada de reflexão nacional foi um longo dia de trabalho e produtivo debate.

Na sessão de abertura, Francisco Silva, diretor-geral da CPES, desafiou logo todos os presentes, conferencistas e público, para que a jornada fosse “um profícuo debate e uma conclusiva reflexão”, muito especialmente nos termos em que “pode a Economia Social participar no Portugal 2030 e a que fundos poderão as organizações aceder”.

E se os trabalhos da parte da manhã ainda caíram muito no retrato histórico e do momento presente do todo e de cada uma das famílias deste universo que é a Economia Social em Portugal, o que foi dito serviu, essencialmente, para identificar os grandes desafios que o sector tem no futuro próximo.

O ministro Vieira da Silva começou por lembrar o caminho percorrido até à constituição da CPES, para sublinhar que “toda a economia tem uma dimensão social, mas Economia Social é outra coisa”.

O titular da pasta do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social afirmou que “é fundamental a existência da Terceiro Sector na Europa”, mas alertou: “Uma grande parte do pós-2020 será construído em plena ‘legislatura’ do novo Parlamento Europeu e de uma nova Comissão Europeia”.



Garantindo que o sector “terá um lugar nas propostas de Portugal” ao próximo Quadro Comunitário de Apoio, Vieira da Silva defendeu que, “não estando a Economia Social presente nas políticas da União Europeia, é nos planos múltiplos que a Economia Social terá que encontrar instrumentos”.

Para o ministro, “não basta abrir espaço para a Economia Social”, baseados na demografia, na inovação, na coesão territorial ou no lema «primeiro as pessoas», “é essencial continuar a batalha pela não discriminação do sector no acesso aos fundos europeus face aos outros sectores”.

Seguiu a contextualização da Economia Social no momento atual na União Europeia, pela voz Juan Antonio Pedreño, responsável máximo pela Social Economy Europe e pela CEPES, congénere espanhola da CPES, que representa já 14 milhões de trabalhadores e dois milhões de empresas.

“É muito importante que haja um plano europeu para a Economia Social e que cada país tenha políticas em prol do sector, tal como cada região e cada localidade”, defendeu Juan

Pedreño, lembrando que “a Europa tende, cada vez mais, a olhar para a Economia Social e, pela primeira vez, há políticas e financiamentos para o sector”.

Por seu turno, Jorge de Sá, vice-presidente da APM, sustentou que “é necessário um movimento estratégico que tem que começar pela representação da CPES nas instituições”, salientando a importância da comunicação neste propósito.

Por outro lado, identificou como principais problemas da Economia Social as questões de identidade (“Quem somos? O que somos?”) e os problemas em torno da sustentabilidade (“económica, social, ambiental, política e de gestão”).

A sustentabilidade acabou por ser um dos temas centrais nas variadas alocuções e foi, também, destacada pelo presidente da CNIS.

Depois de ter caracterizado resumidamente o universo das IPSS, lembrando que “sem as instituições sociais os direitos das pessoas seriam menos cumpridos”, o padre Lino Maia citou alguns resultados do estudo elaborado para a CNIS («Importância Económica e Social das IPSS em Portugal») para demonstrar alguns

dos constrangimentos que muitas IPSS vivem atualmente.

“A sustentabilidade obriga à responsabilização do Estado. Os trabalhadores das IPSS são mal pagos, já está a haver fuga de trabalhadores e está a ser difícil de recrutar pessoal em algumas zonas do país”, argumentou, sublinhando ainda o outro “grande desafio do Sector Social Solidário”: “A autonomia. As IPSS devem ser julgadas pelo que fazem, pela transparência, pela qualidade do serviço e pela satisfação dos utentes. No entanto, neste momento, não está a ser respeitada a autonomia das instituições”.

Também José Rabaça, da União das Misericórdias Portuguesas, apontou a sustentabilidade como um dos desafios do sector no momento, destacando a “necessidade de formação aos atuais e futuros dirigentes”.

Luís Alberto Silva, presidente da União das Mutualidades Portuguesas, relevou as questões da “representação na diversidade, a capacitação e a inovação social” como caminhos prioritários a percorrer desde já pelo sector e pela CPES.

Já da parte da tarde, após um tradicional almoço, gentileza da Câmara Municipal de Azambuja, onde não faltou o famoso torricado, o bacalhau e as febras, Américo Mendes abordou algumas características da Economia Social em Portugal, através de três casos: IPSS; Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto e organizações de Desenvolvimento Local; e organizações do sector agroflorestal.

Na imensidão de dados que partilhou com a plateia, o coordenador da ATES - Área Transversal de Economia Social, da Universidade Católica/Porto lembrou o peso e a importância das entidades do sector na vida do país.

“Quase 90% do número total de organizações de Economia Social do país (54175 / 61268) correspondem a organizações com as seguintes características: Emanam da iniciativa de comunidades locais; têm uma base territorial infra concelhia; produzem bens e serviços muito ligados a necessidades ou recursos dessas comunidades locais (serviços sociais de proximidade, resposta a situações de emergência, espaços de expressão religiosa, artística, cultural ou desportiva em grupo, ou desenvolvimento local)”, sustentou.

E se anteriormente, Juan Pedreño havia afirmado que “a Economia Social europeia está a viver um momento fascinante”, porque começam a acontecer coisas a nível das instituições da União Europeia, já Salazar Leite, da CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social), sublinhou que “vive-se um momento crítico, devido às eleições europeias, mas esperamos que os eurodeputados eleitos saibam defender a Economia Social”.

Para já, “aos poucos, temos conseguido vergar a Comissão Europeia e já há cinco medidas em marcha”.

Já Marco Domingues, presidente da Animar, relevou a importância em medir o impacto do sector: “Os apoios do Estado não são proporcionais ao impacto que a atividade tem na sociedade, porque, para além de todos os números, há pessoas. Precisamos de inovação social, mas o que precisamos de fazer primeiro é uma inovação societal”.

No painel «Visão Parlamentar da Economia



Social», os deputados Mercês Borges (PSD), Maria da Luz Rosinha (PS), David Alves (PCP) e Anacoreta Correia (CDS) foram unânimes nos elogios ao sector, variando apenas no entusiasmo, relevando a importância das instituições no apoio, em proximidade, às populações.

Entre parlamentares o debate centrou-se no estatuto fiscal da Economia Social e da que tipo de representação a CPES poderá almejar no Conselho Económico e Social.

Na sessão de encerramento, o presidente da CPES revelou que “a sede está quase pronta” e que “organizar e afirmar a Confederação tem sido o trabalho desenvolvido”, reafirmando os quatro grandes objetivos da organização: “Gestão e estruturação organizacional; coesão e afirmação; imagem e comunicação; e representação institucional, interna e externa”.

No entanto, para Manuel dos Santos Gomes, a Comissão Permanente da Concertação Social é, igualmente, um objetivo, tal como ser membro da Social Economy Europe.

Já o ministro do Planeamento, Nélson Sousa, começou por dizer que a Economia Social “é um sector muito relevante no desenvolvimento do país”, frisando que as “entidades da Economia Social são indispensáveis no modelo de desenvolvimento integrado e balanceado do país”.

Na derradeira intervenção da Jornada Nacional de Reflexão da CPES, o Presidente da República considerou que não é possível haver crescimento económico sem “maior coesão social”, salientando que “quem cria riqueza são as pessoas”.

“Precisamos de crescer, e cada vez mais, e crescer cada vez mais de forma sustentada. E precisamos de crescer, garantindo o máximo de homogeneidade social”, ressaltou Marcelo Rebelo de Sousa, alertando: “Se for apenas um sector do nosso país, uma área do nosso país, um território dos que formam Portugal, ou alguns territórios a crescerem muito mais do que os outros e os outros ficarem para trás, isso significa que o todo não está a ir tão longe quanto podia e devia”.

Depois, o Chefe de Estado, referindo-se à Lei de Bases da Economia Social, lembrou que há



aspectos que “têm de ser desenvolvidos, regulamentados e aprofundados”, considerando que “ficaram pelo caminho ou então aquilo que foi aprovado para cada uma das categorias de entidades foi ultrapassado pelo tempo”.

Reafirmando a importância da Economia Social, até no processo de descentralização, o Presidente da República defendeu que “as instituições sociais não são uma abstração”.

Aquando da publicação desta edição, tivemos conhecimento do falecimento do professor Jorge de Sá, que teve sempre um papel presente no processo de criação da CPES e que na Jornada Nacional de Reflexão, da Azambuja, fez a sua última alocução pública sobre algo que lhe era muito caro, a Economia Social e a comunicação. O SOLIDARIEDADE junta-se à onda de pesar e endereça os mais sinceros pêsames à família enlutada.

ASSOCIAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE ERMIDAS-SADO, SANTIAGO DO CACÉM

# Candidatos aos órgãos sociais aguardam-se até final de Abril

Vive um momento de grande indefinição, mas os seus responsáveis acreditam que o futuro é risonho. Para já decorre o prazo para entrega de listas candidatas aos órgãos sociais da Associação de Apoio e Desenvolvimento Integrado de Ermidas-Sado (AADIES), uma eleição que já devia ter acontecido em janeiro, mas ninguém apareceu. Com uma herança pesada deixada pela anterior Direção, os atuais responsáveis tentam tudo para repor a normalidade na instituição do concelho de Santiago do Cacém.

O momento atual da Associação de Apoio e Desenvolvimento Integrado de Ermidas-Sado (AADIES) é de indefinição, quando, em janeiro, já deviam ter sido eleitos os novos órgãos sociais.

Marco Peres que liderou a Direção anterior é agora presidente da Comissão Administrativa, por não terem surgido listas a sufrágio.

“Optámos por não avançar com uma lista, porque havia sempre muita conversa de como é que as coisas deviam ser feitas e, então, decidimos esperar para ver se alguém avançava. Claro que não apareceu ninguém. Não somos mais do que ninguém, mas temos feito trabalho, o problema é que a casa tinha muitas insuficiências devido a situações criadas no passado”, justifica o presidente.

Agora, decorre novo prazo para entrega de listas, até final de abril, tal como ficou decidido em Assembleia Geral no início de março.

Marco Peres, apesar dos constrangimentos mostra-se otimista, mas aguarda que alguém avance. No entanto, sempre vai dizendo que “a equipa diretiva acredita na instituição”.

O momento que a AADIES vive deve-se muito às dificuldades que financeiras que atravessa. Há um mandato de quatro anos à frente da instituição, a Direção encontrou uma situação muito complicada que tem vindo a tentar resolver.

“Quando viemos para a instituição, a ideia que passava é que a casa ia fechar, porque as dívidas eram muito grandes. Havia cinco subsídios em atraso aos trabalhadores e uma dívida elevada a fornecedores. Por outro lado, havia uns projetos, feitos pela anterior Direção, para aprovação por parte da Segurança Social, no âmbito do Fundo de Reestruturação do Sector Solidário, e, quando entrámos, havia a garantia de uns apoios do Estado. Desde que aqui estamos temos vindo paulatinamente a saldar as dívidas e já conseguimos pagar um subsídio em atraso e aos fornecedores”, explica, reconhecendo que “nos primeiros dois anos, neste capítulo, as coisas até correram bem”.

“No primeiro ano as coisas ficaram equilibradas e começámos a pagar o que tínhamos que pagar. Havia um estudo que apontava para a



dispensa de determinadas pessoas, o que fizemos, pagando as indemnizações. Nesse primeiro ano tivemos um prejuízo de 6.000 euros, o que para estas casas é pouco. No segundo ano tivemos lucro, mas quase tínhamos prejuízo. O superavit deveu-se a uma herança que um senhor deixou à AADIES. No terceiro ano começámos a reparar que as coisas não estavam iguais. Fizemos até uma reunião para tentar perceber por que é que as contas estavam a derrapar. Nesse ano, 2017, estávamos a perder cerca de quatro mil euros/mês. E isto tinha que ver com o facto de antigamente, através do IEFPP, com os CEI e outros projetos financiados, colmatava-se o custo com essas pessoas. As regras, entretanto, mudaram e foi necessário ir ao mercado de trabalho, o que implica outros custos. Por outro lado, o salário mínimo tem vindo a ser aumentado”, recorda Marco Peres.

Com elevados encargos com pessoal e

receitas parcas, a instituição sente grandes constrangimentos.

“As pessoas não olham muitas vezes a estas coisas, mas isto mexe com as contas da instituição. Quando aqui entrámos o salário mínimo era de 480 euros, agora são 600. As pessoas ganham pouco, mas tem que ser criado um mecanismo por parte do Estado que compense, porque após cada aumento do salário mínimo, a casa não encontra mais dois utentes debaixo de uma pedra!”.

Para o presidente da AADIES, “esta mudança nos custos com o trabalho, em instituições que não estão equilibradas, é logo mais um fator de desequilíbrio”, pois “quando se acrescenta custos a instituição necessita de uma nova fonte de rendimento e sabemos que não vai ter de imediato”.

A situação difícil que a instituição enfrenta tem origem, segundo Marco Peres, na quebra



de uma receita muito importante e cujo serviço condicionou, de alguma forma, o desenvolvimento da própria instituição.

“Durante muito tempo, a instituição tinha uma fonte de rendimento extra que eram as formações e tempo houve em que havia muitas. Assim que a instituição perdeu essa fonte de receita ficou exposta, porque não tinha capacidade para se manter”, afirma, considerando que, neste momento, a instituição “precisa de injetar valor na instituição”, para tentar resolver as situações de dívidas ainda pendentes, especialmente aos trabalhadores.

A indefinição diretiva que envolve a AADIES tem, segundo Marco Peres uma outra razão.

“Notamos também que durante alguns anos houve um afastamento das pessoas da instituição. Durante alguns anos, a população não tinha um sentir único com a instituição. Penso que poderá ter havido pouca abertura à comunidade”, sustenta, revelando: “Estamos a tentar combater esse afastamento da população com comunicação, tentando chegar a mais pessoas, promovendo eventos e tentando envolver a população. Com uma comunicação assertiva, partilhando o que fazemos, potenciando e mostrando a

mais-valia que a instituição é para a comunidade, seja no trabalho com as crianças, seja com os idosos. Com isto queremos chamar as pessoas à instituição, até porque isto é delas não é dos órgãos sociais”.

Para Marco Peres, “houve coisas que, se calhar, não foram as mais corretas no passado, mas aos poucos temos reconquistado a confiança das empresas e das pessoas” e é com satisfação que revela que em 2015 a instituição tinha 186 sócios e que em 2018 esse número cresceu para 412.

Ainda a lamber as feridas da situação herdada, especialmente em termos dos custos com o pessoal, os responsáveis pela instituição não pretendem abandonar o barco.

No entanto, “quando se tem uma carga salarial de 80% nas contas, como se costuma dizer, é a morte do artista!”.

Para obstar à situação, a Direção tem trabalhado em trono da angariação de donativos, iniciativa bem-sucedida, em especial em géneros alimentícios.

“A solução, neste momento, para os nossos problemas é o trabalho e a união das pessoas em torno da instituição. O que achámos que não estava correto entregámos a quem de

direito e temos tentado resolver os problemas que surgem”, refere, lamentando que a queixa feita às autoridades por irregularidades detetadas não tenha andamento visível.

Por outro lado, a situação da instituição não permite a implementação de novos projetos.

“Temos que ter os pés muito bem assentes no chão. A instituição tem uma situação complicada, pelo que é preciso ser realista. Face às necessidades da freguesia atualmente, com algumas fábricas novas, colocou-se a possibilidade de se abrir mais uma sala de berçário, o que poderá ser uma oportunidade”, revela, lembrando que uma ampliação da ERPI, de 20 para 25 utentes, seria uma boa ajuda ao equilíbrio de exploração da resposta social e para tirar melhor rendimento do número de trabalhadores afetos ao lar.

No entanto, “a casa não tem condições para o fazer, só se fosse uma entidade terceira”.

A AADIES acolhe e acompanha, neste momento, 20 idosos em ERPI, 23 em centro de dia e 16 em SAD. Na área da infância, tem oito bebés em berçário, 12 petizes em creche e 25 em pré-escolar.

A instituição funciona com um corpo de 37 funcionários.

## Maria Inês Oliva, 101 anos cheios de lucidez e leituras

Maria Inês Oliva completou a bela idade de 101 anos no passado dia 15 de dezembro. Evidenciando uma lucidez fantástica, não dispensa a leitura do jornal diariamente, apesar de ter que usar uma lupa, mesmo usando óculos.

Órfã de pai aos nove anos, Dona Inês casou, teve meia-dúzia de filhos e, depois de uma breve passagem pelas minas de Lousal, de onde é natural, e de ter ainda ali servido em casas de pessoas mais abastadas, até aos 17 anos, foi em Setúbal que fez a sua vida familiar a partir dos 27 anos. Já viúva e com 93 anos, foi para o lar da AADIES, onde se diz “muito bem”.

Curiosa é a história de como aprendeu a ler: “Só fui à escola um ano e fiz o exame da quarta classe aos 50 anos. Mas esse ano serviu para aprender as letras e depois aprendi a ler sozinha, porque apanhava todos os papéis que encontrava no chão... para ler!”.

Longa vida à Dona Inês!





VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

# Crianças e jovens também são vítimas

Mais de 84 mil situações de violência doméstica em Portugal foram presenciadas por crianças ou jovens nos últimos oito anos, revelou o especialista António Castanho, sublinhando que os números ainda estão longe da realidade. “A violência doméstica interrompe, destrói e tem impacto na vida futura de milhares de crianças em Portugal”, alertou o especialista que representa o Ministério da Administração Interna (MAI) em equipas sobre violência doméstica e na Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJC), durante a cerimónia de abertura do Mês da Prevenção dos Maus Tratos na Infância, que decorreu em Lisboa por iniciativa da CNPDPCJ.

Nos últimos oito anos “13.133 crianças e jovens foram vítimas de violência doméstica” e muitas mais assistiram a situações de violência na família, lembrou António Castanho. “Entre janeiro de 2010 e 31 de janeiro de 2018, as forças de segurança registaram 84.767 situações de violência doméstica que foram presenciadas por crianças ou jovens”, revelou o psicólogo clínico e psicoterapeuta, acrescentando que estas situações representam 37,7% dos casos de

violência doméstica.

Para António Castanho, os números “estão muito aquém da realidade”, uma vez que registam apenas as situações em que os agentes encontram crianças ou jovens quando chegam ao local. Além disso, acrescentou, os dados não incluem ainda os serviços efetuados no ano passado pela GNR.

A dimensão do problema também foi salientada pela comissária da PSP Aurora Dantier, que lembrou as queixas de violência doméstica registadas só no ano passado - 26.439 -- para concluir que milhares de crianças e jovens terão assistido a agressões, tendo em conta a percentagem apresentada por António Castanho (37,7%).

Quando há violência doméstica, são raras as crianças que conseguem crescer sem assistir, sublinhou a socióloga e investigadora Zélia Barroso, lembrando o estudo em que analisou os casos de violência doméstica que durante um ano chegaram aos Institutos de Medicina Legal do Porto e de Coimbra.

Foram 1.066 mulheres vítimas e “95,3% dos filhos assistiam à violência”, recordou Zélia

Barroso, explicando que as crianças “ouviam ou viam o que se passava em casa”.

Além disso, “outras 69,4% crianças também sofriam maus tratos, umas diretamente e outras quando tentavam defender as mães”, contou.

Nas consultas de pedopsiquiatria de um hospital de Lisboa Zélia Barroso apercebeu-se da ligação entre os casos de relacionamentos violentos dos pais e de crianças vitimadas: “72,5% das crianças vítimas de maus tratos tinham vivenciado violência conjugal e 70% eram vítimas de negligência combinada com abuso psicológico e físico”, contou.

Além do trauma da exposição à violência doméstica, há o problema da transmissão intergeracional, que está cientificamente estudado.

A pedopsiquiatra Teresa Goldschmidt, diretora do Serviço de Psiquiatria e Saúde Mental da Infância e da Adolescência de Pediatria do Hospital de Santa Maria, lembrou que “pais que foram filhos mal-amados trazem uma bagagem emocionalmente difícil”.

Um círculo vicioso que todos os especialistas defenderam que é preciso quebrar.



## OTIMIZE OS PROCESSOS administrativos e MELHORE A GESTÃO estratégica da sua instituição.

+ de **3000** clientes

Gestão e organização integrada de todas as áreas das entidades do setor social com software Líder de Mercado.

Garantia de apoio ao cumprimento das obrigações legais e fiscais.

Controlo mais eficaz e transparente de todos os processos.

Maior rentabilização dos recursos.

Recolha de informação de apoio à tomada de decisão.

### SOFTWARE ESPECÍFICO PARA A ECONOMIA SOCIAL



SALÁRIOS	UTENTES	SÓCIOS	PROCESSO INTEGRADO DO UTENTE	PROCESSO CLÍNICO E SOCIAL	CLÍNICA	BLOCO OPERATÓRIO	INTERNAMENTO	PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA	UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS
TESOURARIA	CONTABILIDADE	STOCKS	REGISTO DE ATIVIDADES DIÁRIAS	APOIO DOMICILIÁRIO	RECURSOS HUMANOS	IMOBILIZADO	MAILING	ESCALAS DE SERVIÇO	VIATURAS

## REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS. ESTÁ PREPARADO?

CONSULTORIA RGPD | SERVIÇOS DE APOIO À IMPLEMENTAÇÃO

SERVIÇOS DE ACOMPANHAMENTO À IMPLEMENTAÇÃO RGPD | FORMAÇÃO RGPD

FALE CONNOSCO

100% WEB



**esocial**

NOVA PLATAFORMA WEB para a gestão dos processos administrativos, sociais e de gestão das organizações.

MODERNIDADE | EFICÁCIA | EFICIÊNCIA | PRODUTIVIDADE

SECTOR SOCIAL SOLIDÁRIO NÃO É UM EXCLUSIVO DA IGREJA CATÓLICA EM PORTUGAL

# As IPSS têm grande diversidade religiosa e forte pendor laico

Quando se fala de IPSS muita gente associa-as de imediato à Igreja Católica, o que é profundamente errado. Aliás, as instituições canonicamente eretas são apenas cerca de 30% do universo total de 5.647. E se é um facto que a Igreja Católica está na génese das primeiras instituições sociais, a verdade é que o panorama atual do Sector Social Solidário evidencia que a maioria das IPSS é laica, havendo ainda um sem-número de instituições ligadas a outras religiões. No entanto, confessionais ou não confessionais, todas elas têm uma ação laica e aberta a todas as pessoas, independentemente da crença, aliás como dita a Constituição da República Portuguesa.

Há a ideia instalada na sociedade portuguesa de que as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) são aquilo que, afinal, não são. É frequente ouvir-se dizer que as IPSS são (departamentos do) Estado ou ainda que são coisa da Igreja Católica.

Ora, ambos os rótulos, frequentemente, colados ao Sector Social Solidário não estão corretos. Para começar, as IPSS são, como o próprio nome indica, instituições particulares, de direito privado, mas que não deixam de ser meios públicos. No entanto, não são Estado, cooperam, sim, com o Estado.

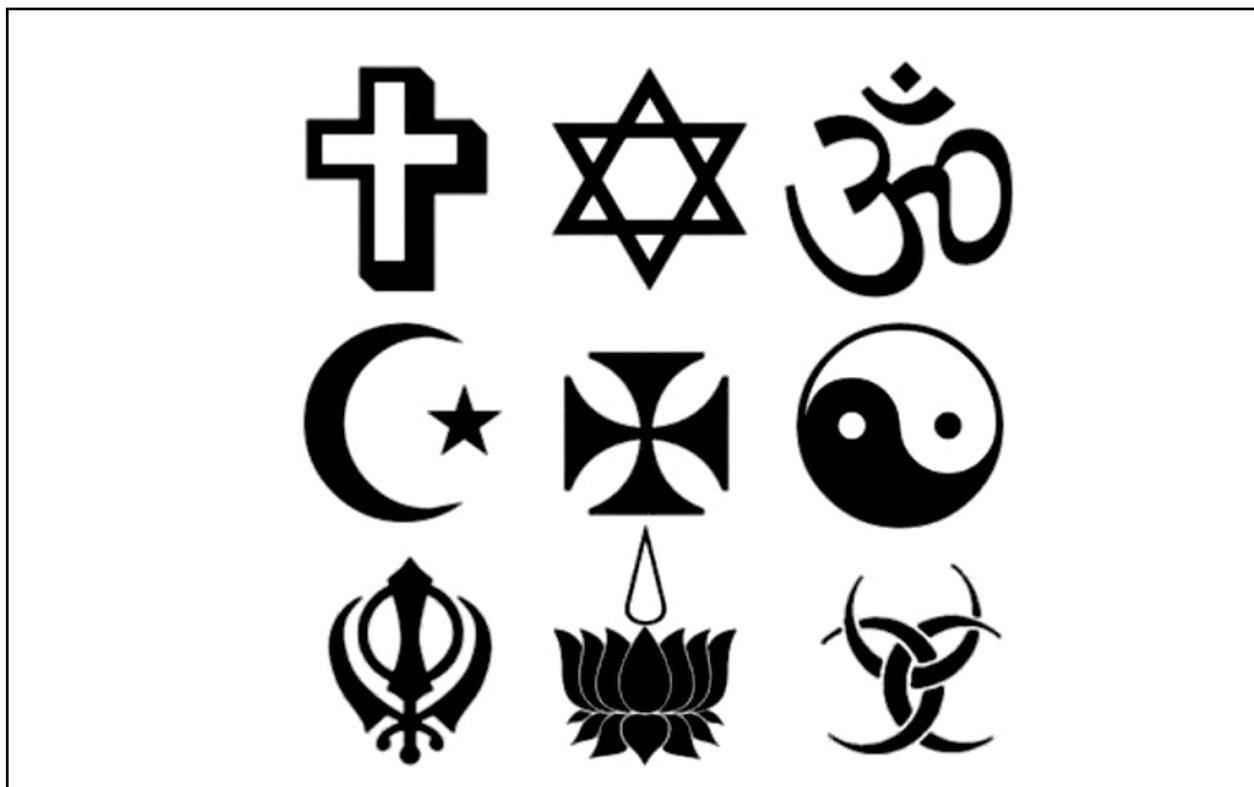
“A Constituição define que as IPSS constituem um pilar no sistema de proteção social em vigor no nosso país”, lembra o jurista Henrique Rodrigues.

Mas o outro grande mito urbano em torno das IPSS é o de serem instituições da Igreja Católica. É um facto que muitas o são, mas muitas mais não, sendo até que a maioria é formada por instituições, chamemos-lhes, laicas.

Facto indesmentível é que Portugal é um país maioritariamente católico e os números provam-no. No Censos de 2011, o último realizado em Portugal, dos 8.989.849 cidadãos residentes, 7.281.887 disse-se católico, 56.550 ortodoxo, 75.571 protestante, 3.061 judeu e 20.640 muçulmano, sendo que 163.338 disseram professar outra religião cristã, 28.596 outra não cristã, enquanto 615.332 assumiu-se sem religião.

Ora perante este quadro é natural que em entidades que emanam da sociedade civil a Igreja Católica possa ter um peso maior no cenário geral, mas isso acontece apenas quando falamos de IPSS que têm na sua génese uma qualquer religião ou igreja. E aqui fala-se das igrejas Ortodoxa, Baptista, Adventista do Sétimo Dia, Presbiteriana, Metodista ou Lusitana para referir algumas de inspiração cristã, mas também nascidas no seio da religião islâmica.

No entanto, olhando-se ao universo global do Sector Social Solidário os números mostram que as instituições de inspiração religiosa são minoritárias.



“De facto, a maioria das instituições não são canonicamente eretas, não são da Igreja Católica, e há diversas instituições com inspiração de outras religiões, como muçulmana, cristã de igrejas protestantes, e, no universo geral, as instituições da Igreja Católica serão cerca de 30%”, afirma o presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS), a organização que congrega o maior número de IPSS (mais de 3.000 num universo de 5.647).

“São as Misericórdias, que quando surgiram a questão não se colocava, os centros sociais paroquiais e os institutos de organização religiosa que no conjunto são pouco mais de 30% do universo das IPSS. Há depois um volume muito significativo de instituições que não estão ligadas a nenhuma igreja. São as associações de solidariedade social, as fundações, as cooperativas de solidariedade

social, as mutualidades e as casas do povo”, complementa o padre Lino Maia.

Assim é, pois no universo de 5.647 IPSS registadas em Portugal há 3.364 associações de solidariedade social, 1.017 centros sociais paroquiais, 174 casas do povo, 219 institutos de organizações religiosas, 375 misericórdias, 252 fundações de solidariedade social, 161 cooperativas de solidariedade social e 85 mutualidades.

Sabendo-se que, por imposição legal, outras igrejas, como as de matriz protestante, não se podiam constituir de «per si» como IPSS, muitas optaram pelo estatuto de associação de solidariedade social. Mesmo assim, todas essas juntamente com as canonicamente eretas, ou seja, da Igreja Católica, não superam o número das instituições que não tem qualquer ligação a igrejas ou religiões.

Aliás, a diversidade é uma das marcas do



sector, havendo instituições que têm na sua génese fundadora grupos económicos, industriais, clubes desportivos, associações de mulheres, de cegos, de artistas ou apenas nascem da iniciativa individual ou coletiva de gente preocupada com o outro.

“Isto é a cultura judaico-cristã que está na matriz do povo português. A sociedade portuguesa foi-se estruturando na cultura judaico-cristã e há, quer no judaísmo pré-cristão, quer depois no cristianismo, uma consciência muito nítida de que nós somos guardas uns dos outros, responsáveis uns pelos outros – algo que aparece logo no livro de Génesis –, e que é obrigação de cada um fazer o que está ao seu alcance para que não falte a ninguém aquilo que precisa”, argumenta o padre Lino Maia, reforçando: “Isto está muito presente na sociedade portuguesa, independentemente das religiões que as pessoas praticam ou não praticam”.

Mas na sociedade portuguesa, como um recente estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos revelou, há mais de 800 confissões religiosas, muitas de inspiração cristã, mas também de outra matriz.

Por exemplo, não bebendo da cultura judaico-cristã, mas tendo matriz abraâmica, também o Islão tem preocupações com o outro e aquele que mais precisa.

“O Profeta de Allah (que a paz e bênção estejam sobre ele) disse:

‘A religião (Islão) é solidariedade’ (Sahih Muslim N° 55)”, começa por referir Altaf Siddik, responsável máximo pela Comunidade Islâmica do Sul do Tejo, acrescentando: “Uma das obrigações comunitárias que um muçulmano tem é o Zakat (caridade), um dos cinco pilares do Islão. Em inúmeros versículos do Sagrado Quran [Alcorão], Allah enfatiza e expressa o mérito do Zakat. Em 32 ocasiões no Sagrado Quran, Allah menciona o Zakat juntamente com a oração, o que demonstra a importância do Zakat. Como diz, Allah no Sagrado Quran, ‘Observai Salah (oração) e pagai o Zakat’”.

Para além disto, ação solidária baseia-se no dogma: “Sejais misericordiosos para com os que estão na Terra e Aquele que está no Céu será misericordioso convosco”.

Segundo Altaf Siddik, “No Islão somos guiados pelos princípios religiosos, morais e cívicos no que concerne às aspirações e visões globais. Nas localidades onde se estabelecem os locais de culto islâmico, os muçulmanos daquela determinada zona habitualmente tentam congregar, de acordo com conhecimentos e alcance de cada um, esforços em prol dos mais desfavorecidos de modo a responder ou atenuar as dificuldades do próximo, nomeadamente participando ou custeando, entre muitas necessidades, residências sociais nos arredores de Lisboa, tratamentos médicos, ranchos alimentares mensais, propinas e outras aflições pontuais”.

E apesar de ainda não possuir um estatuto de IPSS, a comunidade muçulmana tem uma organização que apoia os sem-abrigo no centro da cidade de Lisboa.

Trata-se da Noor’Fatima Voluntariado, uma organização que pretende tornar-se IPSS e que nasceu do impulso da sua fundadora, Nurjaha Tarmahomed. Todos as noites um grupo de voluntários, nem todos muçulmanos, levam comida, roupa, cobertores e outros bens aos sem-abrigo que, noite após noite, fazem das ruas da capital o seu quarto de dormir.

Levar “sorrisos, abraços e uma palavra amiga” é a máxima da Noor’Fatima [que significa Luz de Fátima]”, para além dos bens materiais e alimentos, e que pretende “promover a multiculturalidade e abarca todas as religiões”, como diz a sua mentora e principal responsável.

Mas a Noor’Fatima não é a única instituição de matriz islâmica que atua em Portugal. A mais conhecida é a Fundação Aga Khan, organização que emana da Comunidade Ismaili, há muito sedeadada no nosso país.

Liderada pelo Príncipe Aga Khan, o único imã para os ismailis, a Fundação tem como principais áreas de atividade trabalhar junto da sociedade civil, promover o desenvolvimento cultural e infantil e a inclusão económica das franjas mais desfavorecidas, atuando ainda junto dos mais velhos.

Referência incontornável para os ismailis, o imã Aga Khan tem de assumir a responsabilidade “na melhoria da qualidade de vida das populações

em geral, principalmente onde a pobreza é crítica”, princípio que norteia a ação da Fundação, que é “não confessional” e inspirada no “Imamat”.

E se Nurjaha Tarmohamed refere que, por vezes, alguns sem-abrigo questionam os voluntários que exibem, exteriormente, sinais da sua religião, como o hijab que as mulheres usam, também revela que nunca foram alvo de discriminação.

O mesmo acontece com a Fundação Aga Khan no seu trabalho no terreno com as comunidades que apoia.

Aliás, como se disse, há mais de 800 confissões religiosas em Portugal e, o mesmo estudo revelou ainda que 98% das pessoas interrogadas afirmou nunca ter sido alvo de discriminação por questões de crença.

Também no universo das IPSS o sentimento geral é de que a crença religiosa não é fator de discriminação ou marginalização, seja por parte do Estado, seja por parte dos pares ou até pelas comunidades em que se inserem. Relembre-se que, à exceção das instituições da Igreja Católica, as demais acolhem e apoiam maioritariamente pessoas de outra(s) crença(s).

E se não se sentem discriminadas, todas as instituições que o SOLIDARIEDADE questionou também não discriminam, utentes e trabalhadores, em função da crença religiosa. Aliás, nem o poderiam fazer, pois a legislação é clara sobre essa matéria.

“Todas as instituições têm que ser reconhecidas pelo Estado com a salvaguarda do serviço a todos, independentemente das opções religiosas, políticas, raciais ou outras. Mas isso não cria problema porque as coisas são assim universalmente aceites. Andando um bocado pelo país, parece-me que, por vezes, são mais religiosas as instituições, digamos, laicas, do que aquelas que são de orientação canónica”, sustenta o padre Lino Maia.

De facto, todas as instituições interpeladas afirmaram a sua inspiração religiosa, mas todas sublinharam o carácter laico da sua ação junto das comunidades.

“Em bom rigor, não há nenhuma disposição legal que estipule que os equipamentos das instituições possam estar abertos sem nenhum critério de seleção. E se houver critério de seleção implícito, que entendo que há, é no sentido de favorecer as pessoas com menos rendimentos, menos recursos e não em função de crenças. Este não é um critério, nem pode ser. Não que esteja previsto na legislação específica das IPSS, mas por princípios constitucionais de igualdade”, argumenta o jurista Henrique Rodrigues, acrescentando: “Na minha perspetiva, a natureza pública dos bens faz com que os princípios constitucionais, nomeadamente o princípio da igualdade, tenham que ser assegurado pelas instituições, independentemente de serem subsidiados ou não. Se as IPSS integram um pilar do sistema de proteção social, então têm um papel constitucional, independentemente de serem ou não apoiadas, e na prossecução desse papel estão vinculadas a regras de igualdade”.

Emanuel Dinis, pastor da Igreja Metodista e presidente do Centro de Solidariedade Social de Valdosende, concelho de Terras do Bouro, é perentório, deixando ainda um lamento: “O Estado não discrimina. A Constituição é muito clara nesse aspeto. Mas, é verdade que há pessoas que são funcionários do Estado, aos vários níveis que podem tratar de forma diferente as instituições ligadas à Igreja Católica Romana e as instituições ligadas

à Igreja Metodista ou outras entidades religiosas sem o peso político e social da primeira. O preconceito foi enraizado durante muito tempo. Às vezes ainda há vestígios desse passado indesejável numa sociedade democrática e plural a todos os níveis”.

Joaquim Lopes Moreira, presidente da Associação Baptista Shalom, de Setúbal, afina pelo mesmo diapasão: “Não nos sentimos marginalizados, não marginalizamos ninguém e conquistamos um espaço na cidade de grande credibilidade muito rapidamente. Temos ótimas relações com todos”.

Neste particular das “relações com todos”, refira-se as várias parcerias que a Fundação Aga Khan tem com o Patriarcado de Lisboa ou ainda o almoço solidário que, há nove anos consecutivos, a Comunidade Islâmica do Sul do Tejo promove por altura do Natal. Em 2018, a iniciativa serviu para apoiar a Associação de Solidariedade e Desenvolvimento do Laranjeiro (ASDL), concelho de Almada.

“O Islão ensina a respeitar todas as crenças e fés assim como instrui o respeito pelos locais sagrados de cada uma das crenças”, refere Altaf Siddik, considerando que, “certamente, esta iniciativa é uma das formas da referida expressão ecuménica, pese embora, seja de referir que o Islão tende a unir todas as crenças antes dela, pelo que, para o Islão, Jesus, Maria, Moisés e todos os outros Profetas são sagrados. Ora, essa crença, por si só manifesta verdadeiramente em termos religiosos e espirituais o carácter ecuménico do Islão”.

Por seu turno, a Fundação Maria da Conceição e Humberto Horta, sedeada em Torres Novas, tem duas vertentes distintas: uma parte social, com dois lares de idosos (“Uma continuidade do que os fundadores iniciaram de uma forma informal”, diz Augusta Pereira, diretora-técnica da instituição), e uma parte religiosa, que se baseia numa comunidade de padres e freiras ortodoxas, com um mosteiro e uma catedral.

No entanto, “a parte religiosa e a parte social não se misturam”, sublinha Augusta Pereira, acrescentando: “A Fundação nunca pertenceu à Igreja Ortodoxa, coexistem apenas no mesmo espaço”.

A pastora Sandra Reis, da Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal, reforça esta ideia, com o exemplo da instituição a que a igreja está ligada: “O Centro Social de Cova e Gala [Figueira da Foz] é um projeto de desenvolvimento comunitário integrado e integral, iniciativa da Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal, mas é um projeto autónomo”.

Esta é também a realidade de muitas outras IPSS, ou seja, os lugares de culto e os equipamentos sociais coexistem lado a lado. Na maioria dos casos a origem está nos lugares de culto, surgindo posteriormente as instalações sociais. Isto acontece muito com os centros sociais paroquiais, ligados à Igreja Católica, mas também com as IPSS de inspiração protestante. É o caso por exemplo da Igreja Lusitana Católica Apostólica Romana, em Vila Nova de Gaia, onde a partir da igreja erigida no Torne, há 150 anos, serviu igualmente de escola, dando depois origem à Associação de Escolas do Torne e Prado (AETP), IPSS que agora se dedica mais aos idosos, mas também à infância.

Já em Salvaterra de Magos, a igreja e as demais dependências do Lar Adventista para Pessoas Idosas são um edifício único, construído

de raiz.

Por outro lado, é recorrente encontrar-se em IPSS laicas locais de culto criados especificamente, na maioria da Igreja Católica, porque, segundo os vários responsáveis pelas instituições, “as pessoas mais velhas são muito religiosas”, daí que muitas proporcionem, inclusive, momentos de culto, com rezas do terço ou eucaristias.

Com mais três estabelecimentos (Leiria, Funchal e Vila Nova de Gaia), a Assistência Social Adventista acolhe em Salvaterra de Magos uma maioria de utentes adventistas, o que já não acontece nos outros três. Apesar disso, todos os dias são promovidos momentos de meditação, que participa quem quer, mas a que muito aderem.

“Como isto vem da Igreja, há aqui um fator religioso associado. Uma grande parte dos utentes aqui em Salvaterra de Magos é adventista e temos uma igreja local. Se fosse numa igreja normal, noutra local, tínhamos duas reuniões por semana, aqui proporciona-se que haja meditações diárias. O aspeto espiritual é um ponto forte na sua vivência diária, porque aqui têm a igreja dentro de casa”, explica o pastor Samuel Aires.

Certo é também, que na generalidade das IPSS de inspiração cristã (católicos, protestantes e ortodoxos) os momentos mais importantes ligados à vida de Cristo são assinalados, mais ou menos entusiasticamente, com as da Igreja Católica a celebrarem ainda algumas datas ligadas a Maria, mãe de Jesus.

Onde se revela a presença das diversas igrejas nas IPSS de forma clara é nos órgãos sociais. Por exemplo, as canonicamente eretas, há hierarquias diocesanas e paroquiais. Assim, nos centros sociais paroquiais o presidente da Direção é, por inerência, o pároco local.

“Segundo os nossos estatutos, os membros dos órgãos sociais têm que pertencer a uma Igreja Baptista, a nossa ou a outra. E isto tem uma razão, porque, como somos bíblicos, caso não fosse assim a Associação podia cair nas mãos de pessoas que poderiam desvirtuar a missão e os valores que estão na sua génese. Aliás, temos muitos sócios que não pertencem à Igreja”, aponta Joaquim Lopes Moreira, presidente da Associação Baptista Shalom.

Aliás, uma rápida passagem de olhos pelos valores que guiam as mais diversas IPSS de inspiração cristã, é frequente encontrar-se coisas como: “É uma IPSS de raiz cristã visando servir as famílias no apoio à infância, aos jovens e idosos, educando e apoiando ao longo da vida” (Centro de Solidariedade Social de Valdosende); “A Ação Social expressa e busca cumprir os valores cristãos na sociedade, com o objetivo de propiciar condições para a plena realização da pessoa humana, ao próximo, à natureza e a Deus” (Associação Baptista Shalom); “Toda a sua ação assenta nos valores da mensagem cristã que estiveram na sua génese e dos quais é herdeira” (AETP).

No fundo, são os valores da chamada cultura judaico-cristã que o presidente da CNIS referiu e que toca as instituições de inspiração cristã, mas também as laicas: “[Tem] o objetivo de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos” (CASCI – Centro de Acção Social do Concelho de Ílhavo).



No entanto, com fé ou sem ela, as IPSS guiam-se essencialmente por valores como a ética, a integridade, solidariedade, respeito e rigor, humanismo e igualdade de oportunidades.

No entanto, Henrique Rodrigues lembra que “o movimento das religiões está muito agitado, porque há religiões que estão em recessão e há outras que estão em expansão e em proselitismo”. Para o jurista, “nunca se pode pensar que hoje é de uma forma, porque amanhã tudo pode mudar” e sublinha: “Há nomeadamente umas correntes religiosas com uma grande capacidade de proselitismo e em grande crescimento, não só no Brasil, mas em Portugal também. E essa é uma realidade com que vamos ter que conviver no futuro. Isto é, nós somos um país que tem uma estrutura matricial ligada à Igreja Católica e andou-se muito tempo a laicizar a Igreja Católica nesta perspetiva das respostas às necessidades das populações. Isso foi conseguido, mas subistem riscos de religiões em expansão e menos consolidadas e sedimentadas não cumprirem esses critérios. Como em tudo e não obstante obedecer aos princípios constitucionais, do ponto de vista sociológico não são todos iguais”.

Num país considerado por todos como um dos mais tolerantes do mundo em termos religiosos, a coabitação das mais diversas crenças é bastante pacífica e a sua projeção no universo das IPSS segue esse mesmo princípio, tendo como fim último apoiar a população, em especial as franjas mais desfavorecidas e carenciadas.

Nota ainda para o Templo Ecuménico erigido pela Fundação ADFP, de Miranda do Corvo, um monumento ao ecumenismo e ao diálogo inter-religioso, um espaço onde cabem todas as religiões do mundo.

Por fim, e para reflexão: “Muitos ateus não são inimigos de Deus, mas são inimigos de um certo tipo de teísmo, de uma teoria humana sobre Deus. E há vários tipos de teísmo muito problemáticos. O ateísmo pode ajudar-nos a purificar a nossa fé da idolatria” (Tomáš Halík, teólogo católico checo, dixit).



**JOSÉ A. DA SILVA PENEDA**  
Economista



## Mais proximidade e mais horizontalidade nas políticas sociais

Seguramente que em Portugal as realidades sociais são distintas, por exemplo, entre as regiões do interior, mais rurais, de outras, como os grandes centros urbanos e as suas periferias.

Apesar da dimensão relativamente reduzida do nosso País ser transmontano, beirão, minhoto, alentejano, açoriano, madeirense ou algarvio não é um acidente de nascimento mas antes uma forma própria de estar no mundo, que molda de forma distinta os padrões culturais de cada região e que se traduz em múltiplas formas de expressão que são diferenciadas.

Estou cada vez mais convencido que a maior parte dos problemas sociais precisam muito de soluções locais, de proximidade.

Isso aplica-se no combate à pobreza, à

exclusão, à desigualdade e à solidão. Qualquer tentativa de excessiva uniformização de procedimentos pode castrar a capacidade de iniciativa das instituições particulares de solidariedade social que é um valor essencial inerente aos conceitos de voluntariado e de liberdade, património inestimável destas instituições.

Um outro aspeto e relacionado com este, tem a ver com o modo de funcionamento da administração pública.

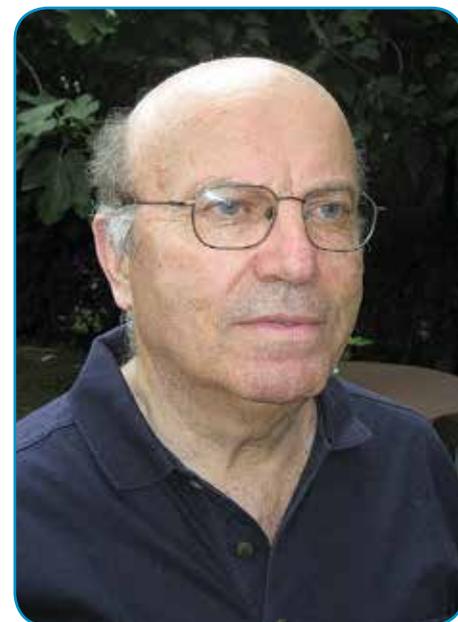
A forma como as necessidades específicas da população mais idosa têm até aqui sido resolvidas resulta das respostas que os sistemas de saúde e da segurança social vêm desenvolvendo, mas que revelam muitas dificuldades de articulação.

O “idoso” não tem sido visto como o “centro” da atuação dos dois sistemas. Até aqui, o idoso é o “cliente” do sistema de saúde e o mesmo idoso é “cliente” do sistema de segurança social, com abordagens separadas e distintas.

Desta visão parcelar dos problemas do idoso é forçoso que se passe para uma outra conceção em que o idoso passe a ser o “centro” de atuação de cada um dos sistemas.

Isto significa uma profunda reforma da administração pública, até aqui excessivamente departamentalizada em sistemas verticais, e que terá de passar a exibir claros sinais de organização mais horizontal.

**ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA**  
[ajsilva@sapo.pt](mailto:ajsilva@sapo.pt)



## O peso da Europa

A História pesa sempre na construção da identidade de um país. Em alguns casos, ela é mesmo invocada como factor decisivo na definição da consciência nacional de qualquer povo e mesmo como primeiro e último argumento para a reivindicação da sua independência. É por isso que a invocação da História serve muitas vezes para justificar conflitos e guerras mais ou menos duradouras e graves, como ainda acontece nos dias de hoje.

A prova mais visível e dramática desta afirmação foi a guerra do Kosovo cujas sequelas não foram ainda totalmente ultrapassadas, apesar da paz imposta há dez anos pela comunidade internacional. Foi uma guerra em que os principais contendores, sérvios e albaneses, sempre invocaram a História como motivo principal para as suas tensões. Já na actualidade, o caso mais recente de um conflito grave que tem a ver com a História, mas que por enquanto ainda é só diplomático, é o que diz respeito à Crimeia. E classificámo-lo com conflito grave, porque mexe com os interesses e princípios antagónicos dos Estados Unidos, da União Europeia e da Rússia, para além da Ucrânia, naturalmente.

A Crimeia é uma península de vinte e seis

mil quilómetros quadrados e dois milhões de habitantes. Situa-se no leste da Europa e a sua soberania é reivindicada pela Ucrânia e pela Federação Russa. Trata-se de uma disputa que assume contornos particularmente graves, por via do contexto internacional em que surgiu e em que pode evoluir. Vladimir Putin sabe utilizar habilmente situações como esta para explorar o sentimento nacionalista e patriótico do povo russo. Não foi sem motivo que o presidente russo se deslocou recentemente àquela península para celebrar em clima festivo o quinto aniversário da sua anexação por Moscovo.

A História confirma que a Crimeia tem uma forte ligação à Ucrânia e à Rússia. Em 1783, a península foi conquistada e incorporada no Império Russo. Em 1917, tornou-se uma república autónoma da então criada União Soviética. Finalmente, em 1954, Nikita Krushchev entregou a sua soberania à Ucrânia como prova da amizade indestrutível entre os dois países. No entanto, a proclamada solidez dessa amizade não resistiu, por um lado, à queda do império soviético e, por outro, à aproximação que a Ucrânia começou a fazer ao Ocidente, desde então. Foi uma aproximação que Moscovo interrompeu há cinco anos o que valeu a Putin um aumento

substancial da sua popularidade entre os eleitores russos...

Recuperar a Crimeia é apenas a mais recente das iniciativas de Putin no sentido de refazer o império russo sem recorrer à arma da ideologia comunista. De qualquer modo, afigura-se claramente exagerado, e é pelo menos discutível, o argumento de que aquela península terá sido o berço da pátria russa, como defende Moscovo. Trata-se de mais um caso de instrumentalização da História.

Só que, nesta disputa à volta da Crimeia, bem se pode afirmar que a única certeza parece ser a de que a História não ajuda muito...

**HENRIQUE RODRIGUES***Presidente do Centro Social de Ermesinde*

# “Vinde cá, meu tão certo secretário...”

**1** - “Vinde cá, meu tão certo secretário dos queixumes que sempre ando fazendo, papel, com que a pena desafo!”

Já Luís de Camões, na Canção X, nos dava conta de que só há uma forma de guardar um segredo: é contarmo-lo apenas a nós mesmos.

Dito ou conhecido de outros, por mais juras que façam de o manter, é seguro que essa prometida confiança acabará por ser atraídoada pela tentação irreprimível de o divulgar.

Muitas pessoas, aliás, conhecedoras de segredos mais ou menos interessantes, ou relevantes, ou nocivos a outrem, sabendo não resistirem à vontade ou à compulsão do reconto do que souberam secretamente, e que, com o tempo, acabarão por atrair a confiança de quem lhos contara, confiam o teor do segredo a um escrito, que guardam numa garrafa e que depois enterram, ou entregam ao arbítrio das correntes marítimas – para se livrarem da tentação.

Camões, como vimos, era desta escola, só confiando no papel onde escrevia os seus versos para dar vazão às suas mágoas e aos seus desgostos de amor – aos seus segredos.

O seu secretário era o papel onde escrevia os versos: “meu tão certo secretário..., papel, com que a pena desafo...”

De facto, secretário, cuja etimologia na língua portuguesa procede do latim, deriva do radical latino “secretus” – isto é, designa aquele que conhece os segredos, ou, como refere o Google, “a pessoa a quem são confiados os segredos e confidências de um superior”.

Ora, segredos, se os confiamos a alguém, que seja a alguém próximo.

Se os nossos políticos, ou comentadores, soubessem latim, talvez não estranhassem tanto as nomeações feitas por arbítrio dos governantes para colaboradores, adjuntos, especialistas e secretários dos seus gabinetes, recrutando boa parte deles no seio da sua própria família ou de amigos próximos – debate que tem ocupado o cento da actualidade política e que promete manter-se aceso até às eleições europeias, afastando a atenção da importância que, talvez mais do que nunca, essas eleições têm para a paz e para a manutenção da democracia liberal sob a qual vivemos há mais de quarenta anos.

**2** – Claro que poderemos sempre perguntar-nos que assuntos tão relevantes correrão pelos corredores dos ministérios, que justifiquem o esforço de os espionar ou que legitimem a porfia em mantê-los reservados.

Portugal é um país pequeno e de pouca

importância no concerto das nações, não se vislumbrando grande intensidade de matérias que, se divulgadas, pudessem colocar em risco os interesses de Portugal ou dos portugueses.

Só para recordar um episódio relativamente recente (onde o receio de intrusão ilegítima em lugar e matéria reservados consumou o conflito institucional e pessoal entre o Presidente Cavaco Silva e o Primeiro-Ministro José Sócrates, levando ao sacrifício de Fernando Lima, assessor de Belém), a célebre acusação de que o Governo de Sócrates havia tentado espiar as instalações do Palácio de Belém, ainda estou para perceber que assuntos ou dossiês tão importantes correriam pela Presidência da República que justificassem tanta canseira, tanto atrevimento e tanto risco...

(Sem embargo de, hoje, como à data dos factos, continuar persuadido de que tais tentativas de espionagem ocorreram mesmo – trata-se de uma percepção, não possuo quaisquer provas, como é óbvio ... Mas continuo sem perceber porquê ... Só se fosse para aceder à receita dos célebres carapaus alimados ...)

Admito, no entanto, que possa circular alguma informação pelos ministérios, designadamente em matérias de soberania, dada a nossa presença na NATO, na UE e em algumas missões internacionais, ou relativa a preocupações de segurança interna, ou financeira, que convenha manter recatada na mão dos governantes eleitos – sem contaminação hostil por quem possa aceder ilegítimamente a tal informação.

Nessa perspectiva, percebo que quem detém responsabilidade na gestão da coisa pública e se encontra vinculado a segredo de interesse público possa escolher livremente as pessoas que, durante o seu mandato como governante, o acompanhem na partilha dessa informação e lhe assegurem, até onde for humanamente possível, a solidariedade na guarda e na reserva dela.

**3** – Depende, efectivamente, da natureza das funções e da sensatez do governante.

Na verdade, não é a mesma coisa um secretário ou secretária pessoal, de confiança estrita e directa, ou um adjunto de gabinete, ou um chefe de gabinete – em que a confiança pessoal tem um peso que devera ser determinante.

Já o mesmo não acontece com os especialistas - figura de criação recente -, também amiúde contratados e que, como o nome indica, deverão ter alguma especialização, algum conhecimento aprofundado das matérias que correm pelo departamento.

E cuja existência é inútil, pois pretende-se que substituam os serviços da Administração

Pública, longamente decapitados dos seus melhores quadros.

Coisa diversa é a nomeação de familiares de governantes para entidades exteriores aos gabinetes, designadamente institutos públicos e entidades reguladoras –, o que também se tem visto no levantamento a que a imprensa tem procedido a propósito da actual overdose de nomeações.

Não cabem aqui as razões de confiança pessoal que podem legitimar outras situações descritas.

Há, todavia, um outro aspecto relativo à constituição dos gabinetes ministeriais que não tem transparecido no debate.

Trata-se do facto, de todos conhecido, de os ministros e os secretários de Estado não serem livres na formação e composição da equipa que os vai acompanhar no nosso pastoreio.

Como se sabe, mais do que a praga dos familiares e amigos, o que verdadeiramente infesta os gabinetes são a frota dos jotinhas – que, mal o partido cujos cartazes andaram a colar pelas esquinas conquistou o poder, seja nas autarquias, seja no Governo, invadem e parasitam os empregos políticos assim obtidos, sem qualquer mérito ou currículo prévio, iniciando ou prosseguindo o viático de uma carreira que, mais ano, menos ano, os vai levar, se continuarem a ser eleitos em lista partidária, aos mais elevados postos da Nação.

E onde reproduzirão o modelo que os alcançou ao etéreo – et nunc et semper.

Quando um governante toma posse, logo o Partido lhe entrega a lista do contingente a colocar.

O PS e o PSD não se distinguem muito na forma como procedem a este propósito, nas vezes em que, à vez, ocupam o poder.

Costumo dizer que o PS mantém, provavelmente apenas neste aspecto, a herança marxista – considerando, embora por razões pouco ideológicas, que é ao Partido que compete a liderança do Estado, estando o Governo ao serviço do partido; enquanto o PSD, fazendo o mesmo, o faz com má consciência, de forma envergonhada.

As justificações que têm sido apresentadas filiam-se nessa diferença.

Mas o debate em curso deixa-nos, no entanto, uma boa herança: a de que a sociedade exige de quem manda cada vez mais transparência; e cada vez menos arbítrio.

## ASSOCIAÇÃO DO MONTE PEDRAL, PORTO

## Professor Carvalho Guerra recebe prémio «Ajudar Faz Bem»

Em mais uma edição do prémio «Ajudar Faz Bem», a Associação das Escolas Jesus, Maria, José do Monte Pedral distinguiu o Professor Doutor Francisco José de Amorim Carvalho Guerra.

Numa cerimónia que decorreu no Palácio do Freixo no Porto o «Pai Guerra» como é conhecido foi homenageado “pelo quanto ajudou e fez bem”.

Francisco Carvalho Guerra nasceu em Braga, a 19 de outubro de 1932, e “tem sido um homem que muitos ajudou e fez bem no ensino superior, na investigação científica, no

associativismo empresarial e no coletivismo social”, refere a organização.

No seu percurso de vida, o homenageado dirigiu várias organizações, dentre as quais se destacam o Centro Regional do Porto da Universidade Católica, a Ordem dos Farmacêuticos, a Sociedade Portuguesa de Bioquímica e a Forestis.

Distinguido e homenageado por muitas instituições nacionais e internacionais com as quais tem trabalhado e cooperado, sempre de modo empenhado e apaixonado no desenvolvimento

da Ciência e do Homem, Carvalho Guerra foi agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo concedida pela Presidência da República Portuguesa e com a Comenda de São Gregório Magno concedida pelo Papa São João Paulo II.

Homem de fé, do pensamento humanista e da cultura, empreendedor, dinamizador e solidário, foi também dirigente de várias associações e instituições, com especial destaque para Associação das Escolas Jesus, Maria, José, vulgarmente designada como Associação do Monte Pedral.

## CEDIARA, ALBERGARIA-A-VELHA

## VII Olimpíadas Seniores vão reunir 1.300 idosos em torno do desporto

É a sétima edição consecutiva, sempre a crescer em número de participantes e de instituições e de distritos representados, o que prova que a aposta feita pela Cediara em 2013 está ganha.

Investindo num evento que este ano já tem 1.300 seniores inscritos como forma de divulgar e disseminar boas práticas em geriatria e de envelhecimento ativo e saudável, a IPSS de Ribeira de Fráguas, concelho de Albergaria-a-Velha, prossegue a sua política de dinamização e promoção de atividades direcionadas para os mais velhos.

As Olimpíadas Seniores são, segundo a organização, “o maior e mais aguardado evento sénior do nosso país, registando a cada

edição, um aumento de participantes e de impacto social”.

Nesta sétima edição está garantido um novo recorde de participantes, com a inscrição de 1.300 seniores, representantes de 55 instituições, oriundas de 10 distritos.

O formato da «competição» tem sofrido alterações ao longo dos anos, estando definido para 2019 um conjunto de sete provas: Boccia, Bola ao Poste, Curling Adaptado, Taco a Taco, Turfe Adaptado, Mobilidade Up, Percurso de Obstáculos.

É já no dia 7 de maio no pavilhão gimnodesportivo do Grupo Recreativo e Cultural de Telhadela, Ribeira de Fráguas, e o arranque das provas está agendado para as 10h00



horas.

Recorde-se que em 2018 participaram nas Olimpíadas Seniores da Cediara 1.100 idosos, em representação de meia centena de instituições, oriundas de 10 distritos do Continente.

## FUNDAÇÃO AFID DIFERENÇA, AMADORA

## Novo merchandising promovido por modelos muito especiais

A Fundação AFID Diferença, instituição que apoia jovens e idosos com deficiência na zona da Amadora, lançou uma nova linha de merchandising com a participação dos seus utentes.

O amarelo e o azul são as cores predominantes na nova linha de merchandising da Fundação AFID Diferença, que contou com a

participação de alguns utentes das várias respostas sociais que serviram como modelos.

A loja online da Fundação tem como propósito mostrar o trabalho que é feito nos seus ateliers e, evidenciar que a arte e a inclusão andam muitas vezes de mão dada na criação de peças únicas. O novo merchandising da AFID procura dar assim uma nova cor e design ao trabalho

que a instituição desenvolve todos os dias a favor da inclusão.

T-shirts, bonés, canecas ou garrafas térmicas, dentre outros produtos produzidos nos ateliers da Fundação AFID Diferença, podem ser adquiridos na sede da Fundação, na ERPI do Edifício Geração ou através da loja online (<https://www.afid.pt/loja/>).

## CASA DO POVO DE ABRUNHEIRA, MONTEMOR-O-VELHO

## Triunfo por equipas em prova do Nacional de Boccia Sénior

A equipa de Boccia Sénior da Casa do Povo de Abrunheira foi a grande vencedora por equipas da prova a contar para o Campeonato Nacional (Zona Centro), que decorreu em Ansião.

Em competição, para além da formação de Abrunheira, estiveram ainda a Associação CP Maçãs de D. Maria, Associação S. Avelãs de Caminho, Câmara Municipal de Ílhavo (que arrebatou os segundo e terceiro lugares), Casa do Povo de Vila Nova de Anços, Rotary Club de

Ansião, Santa Casa da Misericórdia de Anadia e Grupo B. Avelãs de Caminho.

A participação da Casa do Povo de Abrunheira com três equipas acabou por dar frutos, com a vitória a sorrir à instituição do concelho de Montemor-o-Velho.

Recorde-se que muito recentemente a Casa do Povo de Abrunheira já se tinha sagrado campeã do Campeonato Nacional de Boccia Sénior em individuais, em prova disputada em Oliveira do Bairro.



JOGOS MUNDIAIS SPECIAL OLYMPICS

# Atletas portuguesas conquistam 24 medalhas e sete são de ouro

Foi em grande festa que a comitiva portuguesa aos Jogos Mundiais Special Olympics, que decorreram em março, em Abu Dhabi, nos Emiratos Árabes Unidos, foi recebida à chegada a Portugal e havia boas razões para tal.

Os 31 atletas que competiram com as cores nacionais trouxeram na bagagem 24 medalhas, sete das quais de ouro.

Na competição para pessoas com deficiência intelectual destacou-se a ginasta Ana Rafael, de apenas 15 anos, vencedora nos saltos e na trave no seu nível, em ginástica artística, grupo em que teve 80 adversárias.

Portugal, que esteve pela quinta vez nos Jogos Mundiais Special Olympics, conquistou ainda mais seis triunfos dourados: Nuno Francisco e Nuno Galrito (golfe), Mariana Melo (salto em comprimento), Joana Neves (na disciplina de fita em ginástica rítmica), Nathalie Sousa (equitação) e Noel Gonçalves (judo).

A representação lusa, composta por 31 atletas, conseguiu ainda sete medalhas de prata e 10 de bronze.

Regina Costa, a vice-presidente do movimento em Portugal, elogia a “organização excelente”, a forma como a comitiva portuguesa foi recebida no programa paralelo à competição e o desempenho dos atletas.

“A prestação dos nossos atletas foi bastante boa. Todos eles foram medalhados, com exceção de três jovens que ficaram em quarto e quinto. Tanto do ponto de vista desportivo, como do ponto de vista social, foi muito positivo”, referiu na altura Regina Costa.

Os representantes portugueses na competição para pessoas com deficiência intelectual participaram nas modalidades de atletismo, futebol,

equitação, ginástica artística, ginástica rítmica, golfe, judo, natação e ténis de mesa.

A vice-presidente do Special Olympics Portugal acentua a importância dada à possibilidade de atletas com atividade desportiva regular poderem participar num grande evento desportivo e, através dessa experiência, desenvolverem várias competências, nomeadamente “ao nível da socialização, do reforço da autoestima ou da confiança em si”.

A dirigente do movimento, que em Portugal existe desde 2001, explica que a diferença para os Jogos Paralímpicos é que os atletas competem “entre iguais”, com atletas com marcas semelhantes e os tempos de cada um não podem ter diferenças superiores a 10%. Se alguém terminar a prova com um registo muito acima dos de mais é desclassificado, porque devia estar incluído em outro nível.

O movimento Special Olympics existe desde 1968 e Portugal participou nos Jogos Mundiais Dublin2003, Shanghai2007, Atenas2011 e Los Angeles2015.

Muitos dos atletas que estiveram em competição são utentes de IPSS espalhadas um pouco por todo o país caso, por exemplo, das APPACDM de Castelo Branco e da Covilhã, ou a Fundação AFID Diferença, entre muitas outras de norte a sul de Portugal.



## CÁRITAS DIOCESANA DE COIMBRA

### Projeto Sem Diferenças alfabetiza e desenvolve competências profissionais

O Projeto Sem Diferenças E7G, com intervenção nas comunidades da Marinha das Ondas e S. Pedro, na Figueira da Foz, é um projeto da Cáritas Diocesana de Coimbra que pretende apoiar jovens na construção de projetos de vida, através da alfabetização e de formação profissional.

O objetivo é apoiar esses jovens na melhoria escolar e profissional, ao mesmo que tempo que são despertadas competências importantes para a construção e sucesso do projeto de vida.

Assim, ao mesmo tempo que frequentam as sessões de alfabetização e alguns momentos formativos, vão sendo desenvolvidas ações de prática simulada em diferentes áreas de interesse e motivação.

No âmbito do projeto, foram criados espaços diferentes para desenvolvimento de

algumas atividades que respondem aos gostos, interesses e motivação da maioria dos participantes jovens e adultos, que já não frequentam a escola, mas que também ainda não estão inseridos no mercado de trabalho.

A beleza e estética é uma das áreas que atrai mais participantes, quer pela prática profissional, quer pela parte pessoal (cliente de espaços de beleza).

O Projeto Sem Diferenças criou um cabeleireiro para a aprendizagem e o desenvolvimento de algumas habilidades de modo a que na interação e prática com os outros desenvolvam a capacidade relacional, criativa, artísticas e profissional.

No dia 29 de março realizou-se o primeiro momento de prática, utilizando uma outra participante como modelo para cuidados básicos com o cabelo: lavar, secar e esticar.



# TRIVALOR

## SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL



- |            |             |                             |                         |                                       |
|------------|-------------|-----------------------------|-------------------------|---------------------------------------|
| SINAL MAIS | GERTAL ITAU | SOGENAVE                    | STRONG CHARON TAMPER    | UPK CLIMAMOR                          |
| B2B        | CERGER      | FEB CAFÉS CATEFRU SOCIGESTE | IBERLIM                 | PAPIRO VALDOC                         |
| VIVAMAIS   | SERDIAL     | BIOSOG                      | TICKET SERVIÇOS FLEXBEN | A TEMPORÁRIA A TEMPORÁRIA OUTSOURCING |

A Trivalor, composta por mais de 20 empresas, está vocacionada para fazer o melhor pela sua Instituição.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência em Business & Facility Services.



Diferentes empresas da Trivalor SGPS, S.A. detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

[www.trivalor.pt](http://www.trivalor.pt)

AV. INFANTE SANTO, 21 A - 1350-177 LISBOA  
TELEF.: 21 042 00 05 / 21 042 08 08  
FAX: 21 042 00 98 / 21 424 94 88  
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

**STRONG CHARON**  
Alvarás: 41 A | 41 B | 41 C

**CONTACTE-NOS**



**TRIVALOR**

SECA EM PORTUGAL

# Fenómenos cada vez mais frequentes e graves

As situações de seca em Portugal tornaram-se cada vez mais frequentes desde 2000 e o cenário deverá piorar em consequência das alterações climáticas e do aumento de frequência dos fenómenos extremos, disse a climatologista Vanda Pires, do IPMA.

Em entrevista à agência Lusa, Vanda Pires, da Divisão de Clima e Alterações Climáticas do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), salientou que as situações de seca são frequentes em Portugal continental com consequências graves na agricultura e pecuária, na energia e no bem-estar das populações.

“As alterações climáticas estão a tornar as situações de seca mais graves e habituais. Os fenómenos extremos que temos tido nos últimos tempos estão a acontecer com mais frequência e trazem maior impacto. O aumento da temperatura - que tem ocorrido nas últimas décadas - tem implicações em todo o sistema meteorológico que existe e isto vai ter implicações nas ondas de calor, nas situações de seca, na falta de precipitação”, esclareceu.

De acordo com a especialista do IPMA, estes fenómenos vão ser cada vez mais frequentes “nas

nossas latitudes”, no Mediterrâneo.

“A situação geográfica do nosso país é favorável à ocorrência de episódios de seca. Vamos ter secas mais frequentes, mais intensas, num cenário de alterações climáticas e temperaturas mais altas”, contou. “Obviamente que há zonas do globo em que a precipitação vai aumentar, mas em Portugal isso não deverá acontecer”, disse.

A climatologista lembrou que a seca mais prolongada registada em Portugal continental ocorreu de 1943 a 1946, abrangendo mais de 50% do território.

“A partir dos anos 1980 e sobretudo a partir de 2000 começámos a ter uma maior frequência de situações de seca. Tivemos vários períodos de tempo seco em 2009, em 2012, 2015 e em 2017/18. Mas, foi em 2004/2005 que tivemos a seca mais significativa e intensa em Portugal que abrangeu todo o território”, disse.

Segundo a especialista, esta seca (2004/05) foi a mais grave pela severidade, duração ou extensão, tendo o país estado durante meses em situação de seca severa e extrema.

“No futuro, o panorama deverá agravar-se. Até

ao final deste século, as projeções indicam que haja uma diminuição da precipitação em cerca de 15% dependendo da região. Na região sul pode chegar aos 30%”, adiantou.

Por isso, destaca, é urgente uma mudança de comportamento e prevenção, fazendo uma boa gestão da água.

“Para já, os efeitos da seca estão a fazer-se sentir sobretudo na agricultura e na pecuária, em termos de gado, de alimento e de água. Já se sentem algumas implicações nos cereais, nas culturas de sequeiro. A produção de arroz na região do Sado já está com problemas”, disse.

“Felizmente temos muita agricultura de irrigação. Enquanto houver água nas barragens vamos colmatando a situação. Mas, temos de nos lembrar que as consequências de uma seca fazem-se sentir na agricultura e pecuária, mas também nos recursos hídricos e na saúde das populações”, disse.

Vanda Pires explicou que o IPMA define quatro tipos de seca: meteorológica, agrícola, hidrológica e socioeconómica. “A seca socioeconómica é considerada quando já está uma seca instalada e já tem impacto na população”.

**SOLIDÁRIOS CONSIGO DESDE DE 1995**

DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO. AS PESSOAS PRECISAM DE SI.

- CONTABILIDADE ESNL
- IMOBILIZADO ESNL
- MÓDULO ORÇAMENTOS
- LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS NA CONTABILIDADE
- UNIDADES DE SAÚDE
- GESTÃO DE IMÓVEIS
- ORDENADOS
- UTENTES IPSS
- UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)
- PROCESSOS CLÍNICOS UCC
- PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL
- CONTROLO DE PRESENÇAS
- ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
- ACC - ATESTADO CARTA DE CONDUÇÃO



**SISTEMAS DE INFORMAÇÃO**

**SOFTWARE IPSS**

**SECTOR ECONOMIA SOCIAL**

- SISTEMA INTEGRADO DE TESOURARIA
  - TSR - Utentes
  - TSR - Bancos
  - TSR - Associados
  - TSR - Rendas
  - TSR - Caixas e Pagamentos a Fornecedores
- PRESCRIÇÃO ELECTRÓNICA E MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO (CERTIFICADO SPMS) RECEITAS SEM PAPEL

entre outras



**ASSISTÊNCIA REMOTA**  
Via internet



**ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA**  
Gratuita



**INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO**  
Nas vossas instalações

**+ DE 40 APLICAÇÕES**

**+ DE 900 CLIENTES**

**100% CLIENTES SATISFEITOS**

**GRÁTIS DEMONSTRAÇÕES SEM COMPROMISSO**

**MORADA**  
Rua dos Cutileiros, 2556 - r/c  
Apartado 1071 EC Lameiras  
4836-908 Guimarães.

**TELEFONE** (351) 253 408 326  
**TELEMÓVEL** (351) 939 729 729

ENCONTRE-NÓS EM  
**www.tsr.pt**    **tsr@tsr.pt**






PARLAMENTO EUROPEU APROVOU DIRETIVA

# Conciliação entre vida profissional e familiar

O Parlamento Europeu aprovou a nova diretiva sobre a conciliação entre a vida profissional e familiar, com a qual a União Europeia espera que seja fomentada a utilização de licenças para assistência à família por parte dos homens.

A nova lei comunitária, já acordada com o Conselho (Estados-membros) e aprovada em Bruxelas pela assembleia com 490 votos a favor, 82 contra e 48 abstenções, estabelece uma norma mínima de 10 dias úteis de licença de paternidade para os pais (ou um segundo progenitor equivalente, se reconhecido pela legislação nacional) por ocasião do nascimento de um filho, que deve ser paga ao nível da compensação em caso de baixa por doença.

O texto atualiza também as normas mínimas sobre a licença parental pelo nascimento ou adoção de uma criança, mantendo o atual direito a quatro meses de licença, mas com dois meses não transferíveis entre os progenitores.

A diretiva prevê que os Estados-membros fixem “a um nível adequado” a remuneração ou o

subsídio do período mínimo de licença parental não transferível, tendo em conta que o gozo da licença parental conduz frequentemente a uma perda de rendimento familiar e que a pessoa da família com maiores rendimentos (geralmente o homem) só pode gozar esta licença “se for suficientemente bem remunerada, tendo em vista a manutenção de um nível de vida decente”.

Por outro lado, o novo texto legislativo -- uma iniciativa no quadro do Pilar Europeu dos Direitos Sociais - introduz um direito individual à licença de cuidador, anteriormente não previsto a nível da UE.

Assim, cada trabalhador terá direito a, pelo menos, cinco dias úteis de licença por ano para prestar cuidados pessoais ou apoio a um familiar, ou a uma pessoa que viva no mesmo agregado familiar, e que necessite de cuidados ou apoio significativos por razões médicas graves.

O Parlamento faz notar que se prevê um aumento contínuo das necessidades de cuidados na UE, devido ao envelhecimento da população

e às consequentes limitações relacionadas com a idade.

As novas regras reforçam também o direito dos progenitores e dos cuidadores solicitarem regimes de trabalho flexíveis, como o teletrabalho.

Por fim, a diretiva incentiva os Estados-membros a avaliarem se as condições de acesso e as regras relativas ao exercício do direito à licença de paternidade, à licença de cuidador e aos regimes de trabalho flexíveis devem ser “adaptadas a necessidades específicas”, tais como as de pais solteiros, pais adotivos, pais com deficiência, pais de crianças com deficiência ou vítimas de doença prolongada, ou pais em circunstâncias especiais, como as relacionadas com nascimentos múltiplos e nascimentos prematuros.

Aprovada pelo Parlamento, a diretiva será de seguida adotada pelo Conselho, tendo a partir daí os Estados-membros três anos para transpô-la para a legislação nacional.

IDOSOS

## Forças de segurança fazem levantamento

As forças de segurança estão a fazer um levantamento dos idosos que vivem em situação de vulnerabilidade, um trabalho que vai ser partilhado com as autarquias, anunciou o ministro da Administração Interna. “Determinamos que as forças de segurança façam um levantamento dos idosos em função de vulnerabilidade e estamos a partilhar com as estruturas das autarquias, designadamente com área de apoio social das autarquias, o número concreto”, disse Eduardo Cabrita no parlamento, numa resposta à deputada do CDS/

PP Vânia Dias da Silva, que colocou a questão da violência contra idosos.

Sublinhando que a violência contra idosos “é uma matéria relevante”, o ministro adiantou que este levantamento pretende atuar na dimensão da pobreza, isolamento e insegurança, permitindo “um esforço concertado” para dar uma maior segurança aos idosos.

O ministro respondia na Assembleia da República a uma interpelação do PSD sobre “As condições do exercício da segurança em Portugal”.

No debate, a deputada do Bloco de Esquerda

Sandra Cunha questionou o ministro da Administração Interna sobre o futuro dos postos da GNR situados no interior do país que tem “um horário das nove às cinco” e, muitas vezes, funcionam “apenas comum elemento”. Eduardo Cabrita respondeu que “não houve qualquer encerramento de posto, nem haverá”.

O ministro sustentou que “a redefinição do dispositivo, quer em área urbana, quer em área rural, será sempre realizada em estreita articulação com as forças de segurança e em diálogo com os autarcas”.

DIA MUNDIAL DA SAÚDE

## Mais de metade da população mundial sem cobertura de serviços essenciais

Pelo menos metade da população mundial não tem acesso a uma cobertura total de serviços de saúde essenciais, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Os dados das Nações Unidas mostram também que há 100 milhões de pessoas arrastadas para a pobreza extrema por terem de pagar por cuidados de saúde.

Há cerca de 800 milhões de pessoas, correspondendo a 12% da população mundial, gastam pelo menos 10% do seu orçamento familiar para ter acesso a cuidados de saúde.

Os países membros das Nações Unidas

comprometeram-se em alcançar até 2030 a cobertura universal de cuidados de saúde.

Para atingir esse objetivo, a OMS estima que sejam necessários mais 18 milhões de profissionais de saúde dentro dos próximos dez anos.

Em Portugal, nas comemorações do Dia Mundial da Saúde, a 7 de abril, numa cerimónia em Lisboa, foram atribuídos o Prémio Nacional de Saúde, o Prémio de Saúde Pública Francisco George, bem como distinções de mérito e medalhas por serviços distintos do Ministério da Saúde.

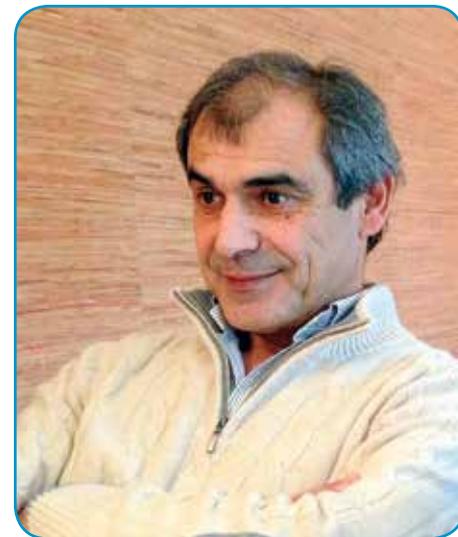
O Prémio Nacional de Saúde 2018 foi atribuído a José Castro Lopes,

médico neurologista e presidente da Sociedade Portuguesa do Acidente Vascular Cerebral (AVC) desde a sua fundação.

O prémio foi atribuído pela “excelência do percurso profissional e clínico” e pelo contributo para obtenção de ganhos em saúde na área da doença vascular cerebral, como redução de mortalidade e morbilidade, sobretudo na área do AVC.

Já o Prémio de Saúde Pública Francisco George foi atribuído ao psicólogo Miguel Telo de Arriaga, chefe da Divisão de Literacia, Saúde e Bem-Estar da Direção-geral de Saúde.

JOSÉ FIGUEIREDO  
ECONOMISTA



ENTRADAS DE LEÃO, SAÍDAS DE SENDEIRO:

# O risco da credibilidade dos bancos centrais

Até à crise de 2008/2009 vivíamos num mundo razoavelmente explicado para usar a expressão do meu querido poeta Rainer Maria Rilke.

A coisa era assim:

Existia algures uma taxa de desemprego neutral e uma taxa de juro neutral. Há quem prefira chamar-lhes taxas “naturais”, mas o termo neutral parece-me mais adequado.

A taxa de desemprego neutral é aquela em que a economia não sofre pressões inflacionistas ou deflacionistas – a inflação anda à roda dos 2% e os salários nominais sobem um pouco mais dependendo da evolução da produtividade.

A taxa de juro neutral é aquela para a qual o nível da poupança desejada pelos aforradores é igual ao investimento almejado pelos investidores.

Se por qualquer razão (por exemplo, um choque externo) a economia se afasta do desemprego neutral, entra em gap, positivo ou negativo, e a política monetária manipula a taxa de juro de modo a que oferta e procura se equilibrem de novo num estado de desemprego neutral.

Isto é tão simples que, visto retrospectivamente, até aparece um bocado tonto.

Contudo, por incrível que pareça, o modelo funcionou bem desde o início dos anos 80 até à grande recessão de 2008/2009.

Ao longo desses mais ou menos 30 anos ocorreram recessões, mas foram todas curtas e de pouca profundidade – nada que a política monetária não resolvesse em duas penas.

Até que veio 2008/2009.

O mundo teve a felicidade de ter, nessa ocasião, à frente da Reserva Federal um homem invulgar – Ben Bernanke.

Ben Bernanke é não só um académico notável, professor em Princeton (a Universidade que acolheu Albert Einstein quando este teve de fugir do rancor nazi) como, para nossa sorte, era talvez o maior especialista vivo na Grande Depressão 1929/1933.

Ainda na encarnação de académico Ben Bernanke era particularmente vocal em relação à suposta incompetência dos gestores do Banco do Japão país que entrou em deflação crónica no final dos anos 80 e de lá, verdadeiramente, nunca mais saiu. Chegou a afirmar que, se

pudesse, demitiria o governador do Banco do Japão caso este não conseguisse colocar a inflação em 3%.

Contudo, como muitas vezes acontece, falar ex-cátedra é muito mais fácil do que tomar decisões no mundo real.

Ben Bernanke, então na qualidade de presidente da FED, fez um trabalho brilhante na gestão da crise de 2008/2009 mas talvez já se tenha arrependido do que disse sobre o Banco do Japão.

A verdade é que, também Ben Bernanke, à frente da FED não foi capaz de domar o bicho da inflação quando ela imbicou para baixo – descê-la quando está alta parece relativamente fácil, já puxar para cima quando está baixa parece ser outra conversa, muito, muito mais difícil.

Vem isto a propósito da recente mudança de orientação dos principais bancos centrais do mundo, nomeadamente a FED e o BCE.

Ao longo de 2018 os banqueiros centrais diziam-nos que a “normalização” da política monetária seria um processo irreversível. Na prática, isso significava para os Estados Unidos continuar a aumentar as taxas de juro (estavam “prometidos” três aumentos em 2019) e encolher o balanço da FED (vender parte dos títulos que tinham sido comprados nos tempos da crise). Para o BCE, que estava um pouco mais atrasado no processo, significaria começar a aumentar as taxas de juro em 2019 e começar a encolher o balanço lá para 2020.

No entanto, em poucos meses tudo mudou.

O discurso agora na Europa é: aumentos das taxas de juro nunca antes de 2020 e encolher o balanço, sabe Deus! Nos Estados Unidos os aumentos de taxas de juro previstos para 2019 foram para a conta dos esquecidos e até já há quem especule que as taxas em vez de subir, imagine-se, podem descer. Quanto ao balanço, vamos ver! A seu tempo!

Claro que há mais que razões para esta mudança de curso. As notícias que chegam da China não são boas (crescimento económico em queda), o risco de uma guerra comercial entre a China e os Estados Unidos não é negligenciável, o Brexit ainda pode correr mal ou muito mal, na zona euro o arrefecimento económico é evidente, etc.

Talvez, face às circunstâncias, os grandes bancos centrais do mundo não pudessem fazer outra coisa.

No entanto, não podemos absolver os bancos centrais do pecado da hubris. Os sinais de que poderia ser necessário mudar o discurso não são de agora, eram visíveis há muito – se era para mudar o rumo (e eu tenho algumas dúvidas sobre isso), deveria ter acontecido mais cedo.

Este entrar de leão e sair de sendeiro por parte dos bancos centrais (independentemente da mudança de rumo ser ou não correta – repito, é discutível!) vai ter custos enormes.

O maior ativo de um banco central é a credibilidade. Habitúamo-nos a pensar que os banqueiros centrais, porque são funcionários de elite, são mais credíveis que os políticos. Quando um político diz hoje uma coisa, outra diferente amanhã, para depois fazer algo diferente das duas primeiras, já não nos indignamos, de alguma forma assumimos que faz parte da “profissão”.

Contudo, em relação aos banqueiros centrais tínhamos justificadamente expectativas mais altas – a palavra de um banqueiro central vale mais que uma escritura. Lembrar que Mario Draghi pode ter salvo o euro com apenas três palavras, o famoso “whatever it takes” pronunciado em Londres no verão de 2012.

Mas de onde veio isto? Como foi possível um erro de perspetiva tão grande?

Naturalmente que isso não tem que ver com o equipamento intelectual dos banqueiros centrais – estamos a falar de alguns dos melhores cérebros do planeta. Não foi seguramente por falta de massa cinzenta. Pode ter sido simplesmente entusiasmo excessivo e, no caso de Mario Draghi, uma imensa vontade de não deixar o cargo sem iniciar o processo de “normalização” da política monetária. Como ele gostaria de deixar o cargo com as coisas a voltar ao “normal”!

Talvez!...

Mas há outra explicação mais perturbante. Porventura, nós (refiro-me aos economistas profissionais) não percebemos ainda como funciona o mecanismo inflacionista.

Como diria Karl Popper, o grande filósofo liberal: “pensámos que sabíamos, não sabíamos que pensávamos”.

# 40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Captações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

**A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.**

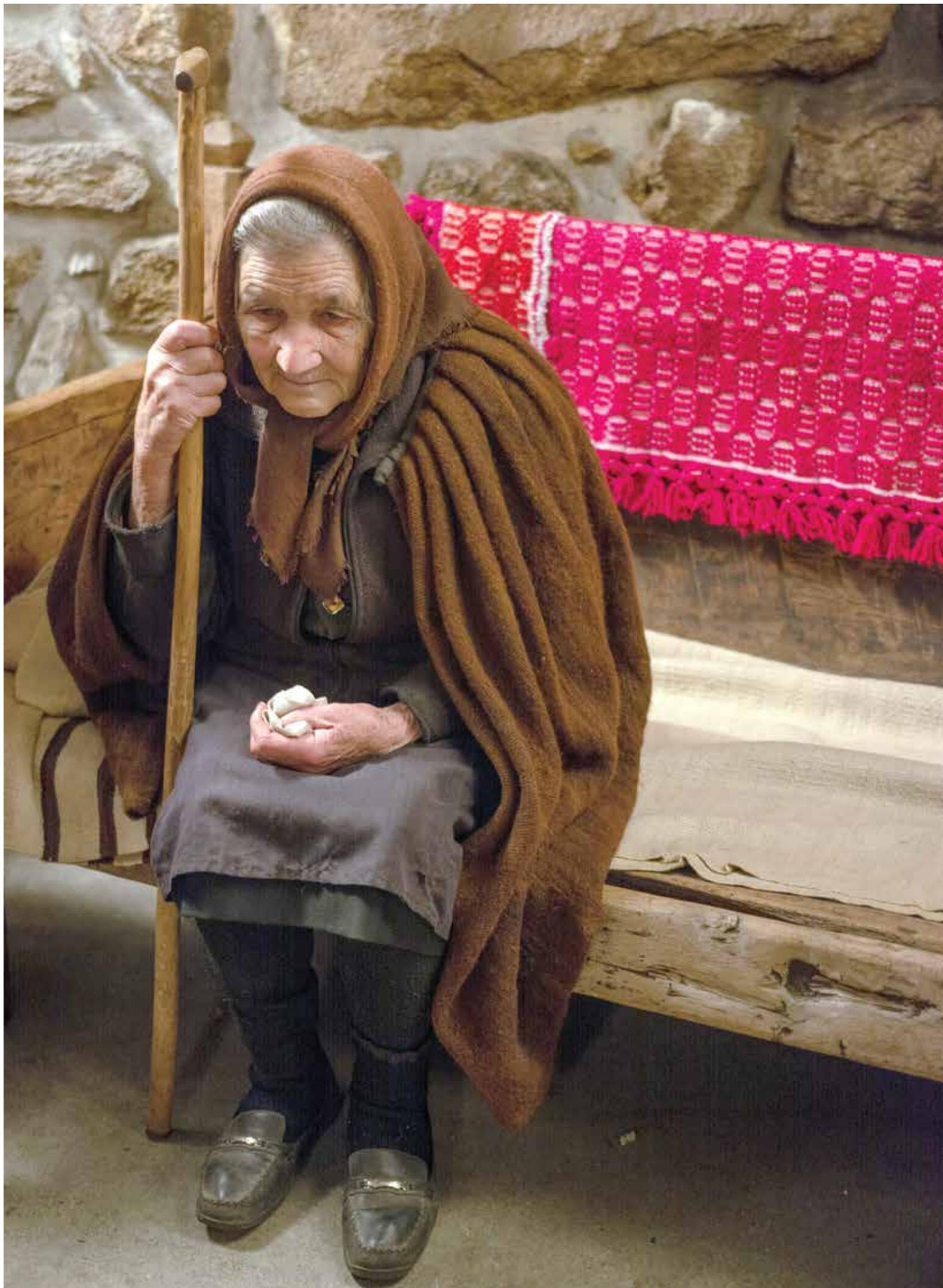


TEMOS A  
SOLUÇÃO PARA SI  
**CONTACTE-NOS**

NORTE: 220 406 990 / 910 286 502  
SUL: 210 420 000 / 916 206 224

[www.sogemave.pt](http://www.sogemave.pt)





**Ainda há tanto Portugal dos pequeninos...**

**FICHA TÉCNICA**

**Propriedade:** CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** [jornal.solidariedade@gmail.com](mailto:jornal.solidariedade@gmail.com) | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

## Marcelo assume dores do setor social e defende o reforço do apoio às IPSS

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, disse já em várias ocasiões públicas saber das dificuldades atuais das instituições de solidariedade social e defendeu que, à medida que o país se afasta da crise, se deve reforçar o apoio ao setor.

“Espero que, à medida que nos afastamos da crise, seja possível olhar com ainda maior atenção e apoio o esforço de instituições como esta”, afirmou o chefe de Estado, numa intervenção durante a visita que efetuou à Associação de Desenvolvimento da Figueira, uma instituição particular de solidariedade social, na localidade de Figueira, no concelho de Penafiel.

Na mesma cerimónia, Ângelo Guedes, diretor da associação, tinha-se queixado da insuficiência de apoios do Estado às diferentes respostas sociais, nomeadamente ao serviço de apoio às vítimas de violência doméstica que existe na instituição há 14 anos e foi o primeiro do género no país.

Marcelo Rebelo de Sousa afirmou que tomava “devida nota” das queixas do dirigente e referiu que a situação é semelhante à que tem observado em “muitas instituições de solidariedade social”.

“Sei que a Segurança Social faz o que pode em muitos domínios, sei que essas instituições, em muitos casos, esperariam um apoio maior no domínio da saúde, e também, em parte, da solidariedade social”, referiu.

Ouvido por dezenas de pessoas ligadas ao setor social na região de Penafiel, o Presidente da República prosseguiu: “A obra que aqui é desenvolvida e muitas outras obras por todo o país deparam-se com desafios financeiros, técnicos, materiais e às vezes humanos. Portanto, precisam de uma atenção, de um apoio de uma solicitude ainda maior”.

Insistindo na importância das IPSS, Marcelo Rebelo de Sousa recordou que, “quando o país atravessou várias crises, aquilo que suportou o tecido social, em larga medida, foi a rede de instituições de solidariedade social, que chegava onde o Estado não chegava, chegava onde até as autarquias sozinhas não podiam chegar, nem os municípios, nem as freguesias”.

O Presidente da República referiu-se depois ao facto de a instituição estar a comemorar 25 anos de atividade, defendendo que se trata de algo muito importante.

“Eu dou valor a estes 25 anos porque sei o que custa criar esta obra e atingir os 25 anos”, acentuou, reafirmando saber as dificuldades daquele tipo de instituições porque desde novo colaborou com várias, onde foi dirigente.

Noutro evento, no final de Março, no encerramento da jornada nacional de reflexão sobre o tema “A economia social no Portugal 2030”, que decorreu na Azambuja, distrito de Lisboa, promovida pela Confederação Portuguesa de Economia Social (CPES), Marcelo Rebelo de Sousa afirmou que não é possível haver crescimento económico sem “maior coesão social”, salientando que “quem cria riqueza são as pessoas”.

O Presidente da República defendeu que “quem cria a riqueza são as pessoas, são as organizações das pessoas”, pelo que o Estado “define linhas, aponta quadros, suscita condições favoráveis, pode condicionar melhor ou pior”. E acrescentou: “Mas quem cria a riqueza, quem distribui a



riqueza, quem proporciona a educação e a saúde e a solidariedade social não é só o Estado. Se fosse só o Estado não tinha havido o que houve das IPSS e das misericórdias a aguentar a resolução de tantos problemas em tantos períodos de crise”.

Referindo que “há uma Lei de Bases da

Economia Social”, Marcelo considerou que existem aspetos desta lei que “têm de ser desenvolvidos, regulamentados e aprofundados”. “Ficaram pelo caminho ou então aquilo que foi aprovado para cada uma das categorias de entidades foi ultrapassado pelo tempo”, notou.

### Óptima limpeza e higiene perfeita Para lavandarias profissionais IPSS



Agente especializado:

**milplus**

EQUIPAMENTOS HOSPITALARES  
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135  
4425-651 Pedrouços · Maia  
934 091 417 · info@milplus.pt  
www.milplus.pt

**Miele**  
PROFESSIONAL